

# Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ANFIP

Problema não é a falta de recursos - CIDA BENTO ..... 4

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO  
ANFIP

O pecado dos super-ricos ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não tem pra ninguém: para Ibaneis, Bolsonaro leva - EIXO CAPITAL ..... 6

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PEC do auxílio aprovada em 1º turno no senado ..... 8

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Um Brasil empobrecido - BRA\$IL EM FOCO ..... 10

O GLOBO - RJ - PAÍS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renda de Flávio é menor que o piso do BRB para financiamento ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator eleva estimativa de receita ..... 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma nas leis pode reduzir excesso de ações na Justiça ..... 14

HOJE EM DIA - MG - PRIMEIRO PLANO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aposta na economia ..... 15

JORNAL DA CIDADE - SE - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF apreende mais de R\$ 20 mi ..... 17

JORNAL NH - COMUNIDADE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação investiga lavagem de dinheiro ligada ao caso Ideal ..... 18

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal apreende aracnídeos em fiscalização ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Serviços têm novo desafio ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Nova fase do auxílio deve pagar de R\$ 150 a R\$ 375 ..... 22

O GLOBO - RJ - PAÍS  
SEGURIDADE SOCIAL

Bia Kicis diminui resistências e deve ser confirmada na CCJ ..... 24

Quinta-Feira, 4 de Março de 2021

A TARDE - BA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

PIB despenca 4,1% e tem a maior queda em 24 anos..... 26

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

CMO aprova parecer do Orçamento com estimativa de R\$ 1,5 tri em receitas primárias ..... 27

EXTRA - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

TCU cobra agilidade do INSS na concessão de auxílio-doença..... 28

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o glossário do Imposto de Renda 2021 ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

PEC Emergencial é aprovada em 1º turno ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

MEC ameaça punir universidades por declaração política..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Proposta que destrava auxílio avança no Senado..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Ação de lira freia articulação no Senado para tirar Bolsa Família do teto de gastos ..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Dado positivo' é que PIB foi dos que menos caíram, diz Bolsonaro ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País deixa grupo das dez maiores economias..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara ignora governo e aprova ajuda a empresas..... 43

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Casagrande é consenso na cúpula - PLENÁRIO..... 44

O ESTADO - CE - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Capitão Wagner propõe criar Loteria da Saúde para financiar combate à covid..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Mortes, recessão e desemprego - NAS ENTRELINHAS..... 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Na pior década da história, renda dos brasileiros encolhe 5,5%..... 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

'Não e só uma crise fiscal, há crise política e institucional' ..... 49

Quinta-Feira, 4 de Março de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Organização e recuperação, desorganização e recessão (2).....51

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
ECONOMIA

"PEC emergencial precisa de contrapartida fiscal" ..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Reviravolta em Brasília traz alívio ao mercado ..... 55

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA NACIONAL  
ECONOMIA

Lideranças pedem alteração na lei..... 57

O TEMPO - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Bolsa Família fica dentro do teto.....58

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
POLÍTICA

A farra do centrão - MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA..... 59

# Problema não é a falta de recursos - CIDA BENTO

## **CIDA BENTO**

Num dos momentos mais dramáticos de uma pandemia completamente sem controle, o Brasil atinge mais de 1.700 mortes em 24 horas e precisa dar respostas imediatas e se preparar para enfrentar uma situação que deve se prolongar e que envolve a ampliação do contingente de famílias vulnerabilizadas, sem auxílio emergencial, sem acesso à vacina e sem condições de conseguir trabalho.

Parte expressiva da população brasileira vive intensa insegurança alimentar que se intensificou com a interrupção do auxílio emergencial. Basta lembrar que 61% do valor do auxílio foi gasto com alimentação, por pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos, segundo pesquisa do Datafolha de 2020. E 49% da população negra tinha o auxílio como única fonte de renda, ante 38% entre os brancos. A população negra é a primeira que fica desempregada e é a que mais se encontra na informalidade.

Também é uma população que participa expressivamente do setor de serviços, um dos mais afetados pela pandemia - não tendo vacina, esse setor não consegue se reorganizar. Assim, é fundamental assegurar uma resposta imediata - o retorno do auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia e a vacina contra a Covid-19, principalmente para os segmentos mais vulneráveis, como os profissionais da saúde, os idosos, os moradores das periferias e os quilombolas, que vivenciam maior letalidade diante do coronavírus e de suas variantes.

É nesse contexto de extrema gravidade que mais de 250 organizações da sociedade civil vêm se mobilizando e debatendo a renda mínima como solução a longo prazo, dentre elas o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), a partir do qual fala José Antônio Moroni, ao Instituto Humanitas, da Unisinos: "O governo gastou com o auxílio emergencial R\$ 390 bilhões e beneficiou diretamente mais de 68 milhões de pessoas e, indiretamente, mais de 100 milhões. E esse dinheiro retornou para a economia real. Para o sistema financeiro, o governo disponibilizou R\$ 1,216 trilhão. Beneficiou quantas famílias? Não cabem na 'palma da mão'!"

De outro lado, Oded Grajew em artigo nesta Folha,

defende, por exemplo, taxar a fortuna dos mais ricos e destinar os recursos à renda básica.

Ele destaca que uma taxa de 0,5% a 1,5% sobre as 59 mil pessoas (apenas 0,028% da população brasileira) com patrimônio superior a R\$ 10 milhões renderia R\$ 40 bilhões por ano. Sendo que o Bolsa Família custa R\$ 35 bilhões por ano! Oded se reporta a dados da Fenafisco e da **Anfip**, organizados pelo professor Eduardo Fagnani.

Ou seja, diferentes estudiosos, bem como coletivos de organizações sociais, vêm discutindo o auxílio emergencial à luz das persistentes desigualdades sociais brasileiras, contemplando várias alternativas que reconhecem que nosso problema não é a falta de recursos, mas a sua distribuição, como se pode observar no nosso sistema tributário, regressivo, que taxa mais consumo e menos riqueza e no qual quem tem mais paga menos.

Assim, é preciso pressionar pelas soluções emergenciais e investir naquelas mais a longo prazo.

Na iminência da votação da prorrogação do auxílio emergencial, os parlamentares do Congresso Nacional se encontram diante de um grande desafio: decidir se votarão contra a miséria, a fome e o desemprego do povo brasileiro e em defesa do SUS, do Suas, ou se defenderão uma política econômica que é concebida de costas para a população brasileira e que fragiliza políticas públicas distributivas, ampliando a concentração de renda, a destruição ambiental e as desigualdades sociais no país.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# O pecado dos super-ricos

**Welliton Carlos**

A percepção de que a pandemia causa danos aos mais ricos é verdadeira apenas em parte. O estudo "Vírus da Desigualdade" redigido pela Oxfam e divulgado neste ano, revela uma sociedade sombria: as mil pessoas mais ricas do mundo precisarão apenas de nove meses para ter de volta suas fortunas aos níveis pré-pandemia.

Por sua vez, a imensa maioria, principalmente os mais pobres, deve demorar dez anos para retomar ao que era antes do covid-19.

Nunca a desigualdade social foi tão gritante: juntos, os bilionários têm mais riquezas do que 60% da sociedade global.

A análise fria dos números suscita também um perigo que é cada vez mais sentido na radicalização: a maioria quer fazer justiça fiscal com as próprias mãos.

O próprio papa Francisco já chamou a atenção: "Um vírus que advém de uma economia doente é o resultado de um crescimento econômico desigual, independente dos valores humanos fundamentais. No mundo de hoje, muito poucas

pessoas ricas possuem mais do que o resto da humanidade. É uma injustiça que clama aos céus!"

Pela conta exata, as 2.153 pessoas bilionárias acumularam mais riquezas do que 4,6 bilhões de pessoas.

A matemática surreal da desigualdade sofre com a falta de iniciativas para reverter o absurdo. O presidente Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 com o discurso de que não taxará bilionários, apesar da Constituição brasileira ser explícita de que o tributo é previsto e deve ser cobrado: o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) é citado no artigo 153, inciso VII. Ele seria de competência exclusiva da União.

Em nenhum momento o presidente mentiu sobre este assunto. Foi claro em 2018: "Acho que no Brasil você não pode falar em mais ricos. Está todo mundo sufocado. Se aumentar a carga tributária para os mais ricos, como aconteceu na França no governo anterior e o capital foi para a Rússia, o capital vai fugir daqui. A carga tributária é enorme. Quase tudo é progressivo no Brasil"

Sem debate amplo, a concentração de renda segue ainda mais avolumada e o assunto inerte nas gavetas do Supremo Tribunal Federal (STF) e nas pastas da Câmara dos Deputados.

A tributação dos superricos tem a previsão de chegar a R\$ 292 bilhões ao ano. Para se ter ideia, o orçamento do Bolsa Família para 2021 é de R\$ 34 bilhões. Os recursos seriam suficientes para ampliar o programa e ainda sobrar para outras áreas, como a Educação, que tem hoje um orçamento de R\$ 114 bilhões.

## Defensores

As principais entidades que atuam na fiscalização de arrecadação defendem a medida, caso dos Auditores Fiscais pela Democracia (AFD), Instituto Justiça Fiscal (IJF), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**.

A classe política, por sua vez, se esquivava, na esperança de que tenha financiamentos dos bilionários, que geralmente têm políticos de estimação.

Do jeito que está montado o sistema tributário brasileiro, é a classe média que paga a maior parte do bolo arrecadado pelo Estado e depois os mais pobres. Ao não colocar em prática o imposto das grandes fortunas, o Estado brasileiro rompe com um dos princípios que alicerça o direito tributário: o princípio da igualdade ou da isonomia

tributária.

Um dos defensores deste princípio no direito brasileiro, o jurista Rui Barbosa ressaltava a necessidade de tratar os desiguais com regra também desigual: "A regra da igualdade não consiste senão em qui-nhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade... Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real".

**Site:** <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20210304>

# Não tem pra ninguém: para Ibaneis, Bolsonaro leva - EIXO CAPITAL

**ANA MARIA CAMPOS**

Apesar da crise sanitária e das mortes na pandemia, além de declarações polêmicas e embates diários, o presidente Jair Bolsonaro tem tudo para se reeleger. Essa é a opinião do governador Ibaneis Rocha (MDB) que ele expressou nesta semana em entrevista ao UOL. Passou batida a manifestação em meio ao quase colapso nacional na saúde. Mas é forte. Mostra que Ibaneis pode tender para o lado bolsonarista.

Campanha com visibilidade

Na campanha a deputada distrital, a analista de finanças e controle Renata D'Aguiar declarou ter arrecadado R\$ 283 mil, sendo metade doação da direção regional do PP. Amiga do senador Ciro Nogueira (PP-PI) e da ex-mulher dele, a deputada Iracema Portela (PP-PI), Renata fez uma campanha com grande visibilidade, mas ficou na suplência, com 3.912 votos. Na época, era a presidente do PP Mulher. Ela e o marido, Fábio Campos, foram alvos ontem da quarta etapa da Operação Falso Negativo, como supostos intermediários da contratação de uma empresa que teria superfaturado os preços de kit de testes de covid-19.

Sem chance Na pré-campanha ao Palácio do Buriti, Renata D'Aguiar espalhou que havia uma articulação para ser vice na chapa que seria encabeçada por Jofran Frejat. O ex-secretário de Saúde conversava com o PP para compor a chapa. Mas a história foi outra, como todos sabem. Frejat nem candidato foi.

Colaborador Um dos doadores da campanha de Renata D'Aguiar foi o ex-deputado distrital Olair Francisco. Ele contribuiu com R\$ 30 mil, segundo prestação de contas à Justiça Eleitoral. Mais de 10% do que a candidata declarou.

Quanto vale esse carro?

É um Corola novinho que saindo da concessionária pode custar mais de R\$ 100 mil. Esse, no entanto, estava valendo bem mais ontem. Na busca e apreensão da Operação Falso Negativo, investigadores encontraram R\$ 280 mil no portamalas, porta-luvas e console.

Pandemia

Mal chegou no Iges-DF e o novo presidente do Iges-DF, Gilberto Occhi, testou positivo para covid-19.

Presidente da Anoreg defende legalidade das escrituras da casa de Flavio Bolsonaro

O presidente da Associação dos Notários e Registradores do DF (Anoreg/DF), Allan Nunes Guerra, defende a operação de registro da casa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-DF), no Setor de Mansões Dom Bosco. Ele é o titular do 4º Ofício de Brazlândia, onde foi anotada a escritura de compra e venda da mansão, comprada por quase R\$ 6 milhões, sendo metade por financiamento do BRB. E por que em Brazlândia, já que a casa está localizada no Lago Sul? "Porque o correspondente bancário que cuidou do processo escolheu o Cartório de Brazlândia. Não foi o senador que escolheu. E o correspondente bancário escolheu o de Brazlândia porque ele é muito bom, ágil e com procedimentos eletrônicos", afirma Allan. Em seguida, a compra foi registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília, assinada pelo titular Luiz Gustavo Leão Ribeiro, na matrícula do imóvel. "A escritura é feita em cartório de notas (foi feita no Cartório de Notas de Brazlândia, o meu); em seguida, ela é registrada no cartório de imóveis", explica. Segundo ele, toda operação como essa é comunicada à **Receita Federal**.

Vai levar

Depois da polêmica e das críticas da oposição, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) deve ser eleita hoje presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Veto a negócio milionário

A Câmara Legislativa aprovou ontem em sessão extraordinária remota, o projeto de lei, do deputado Chico Vigilante (PT), que proíbe a gestão da alimentação escolar por empresas ou entidades privadas, com ou sem fins lucrativos. A proposta foi aprovada com 15 votos favoráveis em segundo turno e redação final e segue agora para sanção do governador Ibaneis Rocha. Esse sempre foi um negócio milionário nas mãos de poucos.

A pergunta que não quer calar..

Com recorde de mortes por covid-19, risco de colapso nacional no sistema de saúde, quem pode criticar o lockdown neste momento?

Só papos

"Vamos fazer uma divulgação conjunta de um documento mostrando que estamos nessa fase da negociação. A proposta de cronograma que está sendo apresentada para nós é uma boa proposta, e a partir de agora a gente segue os trâmites de fazer esse contrato o mais rápido possível" Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello

"Pazuello disse a prefeitos que fecharia a aquisição da vacina da Pfizer ainda nesta quarta, mas depois divulgou vídeo dizendo que ainda está negociando "a possibilidade da compra". Quantos mais precisarão morrer?" Deputado federal Marcelo Freixo (Psol-RJ)

# PEC do auxílio aprovada em 1º turno no senado

O Senado aprovou, em primeiro turno, ontem à noite, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, formulada para destravar nova rodada do auxílio emergencial e acionar medidas de contenção de gastos no futuro. Foram 62 votos contra 16. A votação em segundo turno foi remarcada para hoje pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que presidiu a sessão. A sessão de ontem ocorreu após articulação de líderes do Senado para retirar as despesas do Bolsa Família, calculadas em R\$ 34,9 bilhões, do teto de gastos neste ano. A tentativa causou reação negativa da equipe econômica e do mercado financeiro e foi chamada de "balão de ensaio" do Senado nos bastidores. Agora, a negociação é usar a economia de recursos do orçamento do Bolsa Família nos quatro meses de concessão do auxílio para reforçar o programa no segundo semestre. A proposta aprovada não detalha valores, duração ou condições para o novo auxílio emergencial. Mas deverá ser acordada posteriormente em R\$ 250 por quatro meses, conforme já adiantou o governo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, esteve com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, ontem. No encontro, foi discutida a possibilidade de edição de uma medida para o pagamento do auxílio sem aprovação da PEC. O próprio ministro Dantas sinalizou essa possibilidade em tuíte postado nas suas redes sociais como tentativa de evitar que a votação desfigurasse o teto de gastos.

O parecer do senador Marcio Bittar (MDB-AC) autoriza o governo a conceder nova rodada do auxílio emergencial em 2021. O benefício será pago após abertura de crédito extraordinário no Orçamento, aumentando o endividamento da União e limitado a R\$44 bilhões. O custo extra com a nova rodada do auxílio emergencial deve ficar entre R\$ 35 bilhões e R\$ 40 bilhões, segundo estimativa do governo. Essa despesa ficará fora do teto de gastos, da regra de ouro e da meta de resultado primário. A proposta dispensa a necessidade de o crédito cumprir a "urgência" e a "imprevisibilidade" exigências na Constituição para esse tipo de instrumento.

Em contrapartida, a PEC aciona automaticamente gatilhos para contenção de gastos na União quando a despesa obrigatória, como salários, ultrapassar 95% do total das despesas primárias, que também incluem

investimentos. Com isso, o governo poderá congelar a remuneração do funcionalismo e evitar o crescimento de subsídios. Os gatilhos, porém, só seriam acionados em 2025, de acordo com projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, o que coloca o ajuste em um cenário ainda longínquo para o governo do presidente Jair Bolsonaro. Ele poderia, por exemplo, conceder reajustes salariais em 2022, ano de eleição.

**GATILHOS** Os mesmos gatilhos de contenção de despesas são autorizados para União, estados e municípios quando as despesas superarem 95% da arrecadação. Nesse caso, porém, a medida é opcional. No cenário atual, 14 estados poderiam se valer da medida, de acordo com parâmetros do Tesouro Nacional. Na prática, no entanto, cada governo estadual tem definido uma metodologia própria para apurar as despesas correntes. Nesse sentido, um estado pode manipular os dados para acionar os gatilhos.

A PEC autoriza o governo federal a decretar novo estado de calamidade a qualquer momento para combater efeitos sociais e econômicos de uma crise, como a da COVID-19. Neste caso, o mecanismo permite ao Executivo aumentar gastos por meio de um processo simplificado, sem respeitar a maioria das limitações fiscais, e conceder benefícios como repasse a estados e municípios e socorro a empresas. Como compensação, terá de acionar automaticamente os gatilhos e congelar salários e novas despesas obrigatórias durante a calamidade. Versão anterior do parecer acionava a contenção por dois anos após esse período, mas a medida foi alterada.

O parecer altera o formato de acionamento dos gatilhos do teto de gastos. A proposta aciona as medidas para o governo federal, entre elas congelamento de salários, quando as despesas obrigatórias superarem 95% das despesas primárias na aprovação da lei orçamentária. O dispositivo muda o mecanismo atual, que aciona os gatilhos se o teto for rompido durante a execução do orçamento, ao longo do ano.

Parecer abre margem para gastos fora do teto

Para técnicos do Congresso, a mudança abre margem para gastos fora do teto a partir deste ano, pois os gatilhos - que na prática são a punição para o



rompimento do limite - deixariam de ser acionados se houver aumento de despesa. De acordo com a consultoria do Senado, o Executivo poderia executar despesas que não foram pagas em anos anteriores fora do teto. O volume atual de restos a pagar é de R\$ 227,9 bilhões. Só de emendas parlamentares, são R\$ 28,6 bilhões.

A proposta determina ainda que o presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional um plano de redução de benefícios fiscais para cortar pelo menos 10% do montante em um ano e limitar esses incentivos a 2% do **PIB** em um prazo de oito anos. Atualmente, os chamados gastos tributários atingem 4,25% do **PIB** e totalizam R\$ 307,8 bilhões, conforme projeção da **Receita Federal**. O parecer preserva alguns benefícios do corte, entre eles o do Simples Nacional, campeão no ranking de incentivos, Zona Franca de Manaus, cesta básica e Prouni.

A votação só foi destravada após desidratação da PEC. Após críticas, o governo cedeu e o relator retirou o fim dos gastos mínimos com saúde e educação, como queria o ministro da Economia, Paulo Guedes. Com isso, União, estados e municípios não seriam mais obrigados a aplicar determinados percentuais nas duas áreas. O argumento é dar liberdade para o poder público definir prioridades. Para críticos, o fim dos carimbos poderia reduzir os investimentos na saúde e no ensino em plena crise.

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Um Brasil empobrecido - BRA\$IL EM FOCO

**MARCÍLIO DE MORAIS**

O resultado do Produto Interno Bruto do Brasil no ano de início da pandemia, que vigorou por 10 meses em 2020, mostra por um lado a resiliência da economia brasileira, uma vez que o tombo de 4,1% é inferior às previsões mais pessimistas. No auge da primeira onda da pandemia, em abril e maio, se chegou a falar em retração perto de 10%. Parece óbvio que, com mais de 257 mil mortes e 106 milhões de pessoas infectadas pelo Sars-CoV2, não há nenhum motivo para ver aspectos positivos. Menos pior não significa bom, principalmente pelo fato de que o que permitiu em parte essa reação foi o pagamento do auxílio emergencial, o que não garante sustentabilidade a esse processo de recuperação. Por outro lado, o resultado da geração de riquezas no país - o pior desde o ano do confisco da poupança por Fernando Collor - mostra a tragédia da economia brasileira nos últimos anos.

O tombo do Brasil ficou acima da queda mundial, da ordem de 3,5%. E não há uma perspectiva concreta hoje de que o terreno perdido pela economia brasileira na última década, agora efetivamente a pior em 120 anos, será recuperado. Para se ter ideia do que significa esse processo de empobrecimento enfrentado pelo Brasil, basta lembrar que no início dos anos 2010 o país era a 6- economia mundial, caindo para 9- posição em 2019 e para 12- em 2020. E a perspectiva, pelo ranking elaborado pela agência de classificação de risco Austin Rating, é de que o Brasil desça mas duas posições neste ano, recuando para a 14- posição, e ficando no mesmo patamar de 2003. Ou seja, enquanto outras economias caminharam, o Brasil vai ficando para trás.

E neste início de ano, embora as previsões não tenham sido alteradas, o otimismo inicial está cedendo lugar para apreensões. O próprio presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o agravamento da COVID-19, exigindo medidas de restrição de circulação de pessoas e serviços, pode levar a economia brasileira a ter um "primeiro semestre um pouco pior". Para o ano, a previsão é de que o **PIB** cresça pouco acima de 3% o que, se de fato ocorrer, será a maior taxa em oito anos. Mas o fim do auxílio emergencial ou sua redução e a necessidade de adoção de lockdowns em praticamente todo o país com as previsões indicando que estamos perto do

colapso no setor de saúde de quase 20 estados devem impactar negativamente o crescimento do **PIB** deste ano.

Além disso, **inflação** em alta e o dólar acima de R\$ 5,66 vão exigir que o Banco Central volte a subir a taxa básica de juros em 2021, o que afeta consumo e investimentos. Acrescentando ao empobrecimento do país o fato de a população brasileira envelhecer rapidamente, se tem a medida de urgência para ações que garantam crescimento sustentável para a economia brasileira. Reformas que desamarrem o Orçamento da União, liberando recursos para investimentos públicos, que desembarquem o emaranhado de **tributos e impostos** que sufoca as empresas, e que organizem a estrutura política do país para que ela atenda à sociedade e não a grupos específicos, são mais do que necessárias para que a economia brasileira não continue andando de lado. O risco é que de década perdida em década perdida nos tornaremos uma nação cada vez mais pobre e desigual, endividada e à margem da economia mundial.

Monitorado

Empresa de monitoramento e recuperação de veículos, a Ituran Brasil fechou o ano passado com a emissão de 300 mil apólices e igualando o resultado de 2019, apesar dos efeitos da pandemia de COVID-19. Com isso, a subsidiária do grupo israelense Ituran completou 2 milhões de apólices de monitoramento com seguro emitidas no país em 10 anos. Com 20 anos de Brasil, a Ituran já recuperou 95 mil veículos.

Tecnologia

Com a previsão de que a chegada do 5G ao Brasil possa ser uma janela para ampliação de ataques hackers, especialistas do Instituto dos Engenheiros Eletrônicos e Eletricistas (IEEE), liderados pelo engenheiro Márcio Andrey Teixeira, vão simular um ciberataque a indústrias estratégicas para coletar dados e treinar algoritmos a detectar em tempo real a ação de hackers, com resposta imediata ao ataque.

NAS BOMBAS

R\$ 3 bilhões

É o que o governo deixará de arrecadar com a isenção dos **impostos** federais sobre o óleo diesel entre 1º de março e 30 de abril, segundo a **Receita Federal**

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Renda de Flávio é menor que o piso do BRB para financiamento

**AGUIRRE TALENTO E PAULO CAPPELLI**  
**opais@oglobo.com.br BRASÍLIA**

O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) conseguiu obter um financiamento de R\$ 3,1 milhões do Banco de Brasília (BRB) para a compra de uma mansão mesmo tendo apresentado uma renda familiar inferior à exigida pela própria instituição financeira. Documentos do registro do negócio em cartório e simulações no próprio BRB indicam que o financiamento concedido ao senador está fora dos parâmetros do banco.

No cartório, está registrado que Flávio tem renda mensal de R\$ 28.307,68 e que a de sua mulher, a dentista Fernanda Antunes Figueira Bolsonaro, é de R\$ 8.650. Somados, os valores correspondem a R\$ 36.957,68.

Simulações feitas no BRB apontam que a renda mensal mínima líquida para obter um financiamento de R\$ 3,1 milhões é de R\$ 46.847,35. Por esse critério, os rendimentos da família de Flávio estão cerca de R\$ 10 mil abaixo do exigido pelo banco.

O valor da parcela do financiamento, segundo consta no documento de cartório, é de R\$ 18 mil, o equivalente à metade do rendimento familiar, ou cerca de 50%. A regra usada pelas instituições financeiras para definir se é seguro conceder o financiamento é que o valor da parcela não pode ultrapassar 30% da renda familiar. Isso tem um critério lógico: se aquela prestação onera muito o orçamento familiar, é mais provável o risco de calote.

Questionado pelo GLOBO sobre quem autorizou o financiamento e sob quais critérios, o banco respondeu, por nota, que não comenta casos específicos por questões de sigilo bancário: "O BRB informa que não discute casos de clientes específicos em função do sigilo bancário. Todas as operações de crédito imobiliário no banco são submetidas a avaliação e consideram renda individual ou composição de renda, seguindo práticas no mercado brasileiro".

A assessoria do senador não respondeu.

NO CONSELHO DE ÉTICA

O Jornal Nacional, da TV Globo, revelou ontem que o vendedor da mansão, o empresário Juscelino Sarkis, é namorado da juíza Cláudia Silva de Andrade, que assessorou o ministro João Otávio de Noronha enquanto ele ocupou a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Cláudia atua na Justiça de Goiás e esteve na equipe de assistentes designada para trabalhar com Noronha em Brasília entre 2018 e 2020.

Na semana passada, em julgamento da Quinta Turma do STJ, Noronha votou pela anulação da quebra de sigilo fiscal e bancário de Flávio no caso da "rachadinha". Procurado pelo JN, Noronha afirmou que não tem conhecimento sobre a negociação do imóvel e que Cláudia não trabalhou em nenhum caso relacionado a Flávio Bolsonaro. Sarkis, em nota, disse que o negócio foi feito por corretores, sem que ele conhecesse previamente o comprador e sem o envolvimento da namorada.

No Senado, partidos de oposição pediram ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-AP), e ao presidente do Conselho de Ética, Jayme Campos (DEM-MT), que o colegiado abrisse um processo contra Flávio. Campos afirmou não ver motivo para uma ação: -A mera compra de uma mansão não é pauta para Conselho de Ética. Se há alguma irregularidade nisso, cabe à **Receita Federal** apurar, não ao órgão do Senado.

A compra da mansão reforçou o pedido de abertura de processo contra Flávio por quebra de decoro protocolado em 2019 por PT, PSOL e Rede, devido à denúncia feita pelo Ministério Público do Rio, que aponta participação do senador no caso conhecido como "rachadinha", quando ele era deputado estadual na Alerj.

Com relação a essa denúncia, Campos disse que enviou toda a documentação para a Advocacia-Geral do Senado, que é o órgão que deve se manifestar sobre o assunto: - Por conta da pandemia e da resolução de número 7 do Senado, os trabalhos acabaram sendo prejudicados e, até hoje, não recebi nenhum retorno sobre esse assunto. Só posso tomar providências quando receber essa manifestação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Relator eleva estimativa de receita

## **Ribamar Oliveira**

O relator de receita da proposta orçamentária para 2021, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), elevou a estimativa de arrecadação da União para este ano em R\$ 35 bilhões, passando de R\$ 1,56 trilhão para R\$ 1,595 trilhão, incluindo no valor a compensação do Tesouro Nacional ao **INSS** pela desoneração da folha de salários.

O novo valor da receita é o mesmo sugerido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em ofício ao Congresso Nacional, no dia 14 de dezembro passado, que tratou da mudança da meta fiscal de 2021. Em termos líquidos, ou seja, depois de descontadas as transferências constitucionais para Estados e municípios, a receita do governo passou de R\$ 1,283 trilhão para R\$ 1,302 trilhão - uma elevação de R\$ 19 bilhões.

A previsão da arrecadação de **tributos** administrados pela **Receita Federal** (RFB) subiu R\$ 34,04 bilhões em relação à proposta orçamentária que foi enviada pelo governo ao Congresso, em agosto do ano passado. A receita projetada do **INSS**, por sua vez, apresentou queda de R\$ 3,36 bilhões. As transferências para Estados e municípios subiram R\$ 16,26 bilhões.

Em seu parecer, Pereira informa que o governo não encaminhou mensagem modificativa da proposta orçamentária, "não obstante a profunda alteração do cenário econômico e social para 2021 em relação ao que se previa em final de agosto do ano passado". Mesmo o governo tendo alterado o seu cenário e suas estimativas de receitas e despesas, que serviram de base para a proposta de mudança do resultado primário neste ano.

Pereira observa que o comportamento do atual governo diferiu do adotado por outros governos, quando as condições fiscais mudaram em curto espaço de tempo. "Coube ao Congresso suprir essa lacuna", explica.

Embora considere adequados os novos parâmetros econômicos que afetam a arrecadação, destacando as hipóteses de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e da massa salarial, o relator observa que a receita não administrada pela RFB poderia ser melhor se fossem concretizadas as privatizações, concessões, royalties e dividendos.

O caminho trilhado por Pereira poderá ser adotado pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC). Na ausência de uma mensagem modificativa da proposta orçamentária, ele terá que utilizar as estimativas de despesas que constam do ofício de Guedes de dezembro.

A proposta orçamentária projetou a despesa primária total em R\$ 1,517 trilhão. No ofício de Guedes, o gasto total foi elevado para R\$ 1,549 trilhão - um aumento de R\$ 32 bilhões.

A despesa discricionária (investimentos e custeio da máquina) estava projetada em R\$ 96 bilhões, sem considerar as emendas parlamentares. Neste total, está incluída uma despesa de R\$ 4 bilhões com a capitalização de estatais. Sem a capitalização, o montante cai para R\$ 92 bilhões.

No ofício de Guedes, as despesas discricionárias foram projetadas em R\$ 83,9 bilhões. Não está claro no ofício se este valor inclui as emendas parlamentares. Isto significa que o governo terá grande dificuldade de executar o Orçamento deste ano, sem paralisar alguns serviços públicos.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Reforma nas leis pode reduzir excesso de ações na Justiça

Brasília - O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, defendeu na última terça-feira uma reforma na legislação para que as questões tributárias possam ser resolvidas de forma mais ágil, evitando inclusive o excesso de judicialização. "É uma proposta ousada, mas evitaria que o Poder Judiciário fosse utilizado para postergação de uma série de questões tributárias. O objetivo é que as partes possam obter resultados mais rápidos do que aqueles que ela obtém hoje no STF (Supremo Tribunal Federal), que às vezes julga questões tributárias de dez anos atrás", explicou o presidente do CNJ Fux participou da reunião do Comitê de Apoio Técnico à Realização do Diagnóstico do Contencioso Tributário, iniciativa conjunta do CNJ e da **Receita Federal**. Segundo o secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, o volume, dimensão, valores envolvidos e excesso de litígios evidenciam que a gestão do contencioso tributário é um dos maiores desafios do País. "O fato inconteste é que o atual modelo do contencioso tributário está exaurido. Ele requer urgente reformulação", alertou.

As disputas tributárias na Justiça são objeto da 5ª edição da Série Justiça Pesquisa do CNJ. Por meio do edital, que segue com inscrições até 23 de março, será firmada parceria com um instituto de pesquisa ou fundação pública ou privada sem fins lucrativos para mapear as causas e propor soluções para combater a baixa efetividade das decisões judiciais relativas a pagamento de **impostos e tributos**. Os resultados desse levantamento serão agregados ao mapeamento do contencioso tributário na fase administrativa, que será desenvolvido pela **Receita Federal** em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Atuação plural - O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, Marcus Lívio Gomes, enfatizou que uma ação isolada do Judiciário é insuficiente para superação do problema e, por tal, além do CNJ e **Receita Federal**, o comitê conta com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), BID, Fórum Nacional do Procuradores Gerais, do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** e do Comitê Nacional de Secretário de Fazenda. "O comitê terá uma atuação plural e democrática e os subcomitês, que iniciam hoje as atividades, contarão com representantes da sociedade civil, fazendo com que os trabalhos sejam os mais inclusivos possíveis",

ressaltou.

Para o representante do BID no Brasil, Morgan Doyle, afirmou que o Brasil tem plenas condições para formular um sistema tributário que se pautar pela simplicidade, transparência e cooperação entre os diversos entes públicos. E, pela magnitude dos valores envolvidos, o tema se insere entre os mais importantes que serão tratados neste ano. "Essa reunião sinaliza que o assunto está recebendo a prioridade que ele exige. Falamos de uma situação que requer a adoção de uma série de medidas importantes para abrir caminho para elevar a estabilidade jurídica e garantir que o País recupere a competitividade", argumentou.

(As informações são da Agência CNJ de Notícias)

"É uma proposta ousada, mas evitaria que o Poder Judiciário fosse utilizado para postergação de uma série de questões tributárias"

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-04-03-2021/>

# Aposta na economia

## ANDRÉ SANTOS

A provável reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), anunciada pelo ministro da economia Paulo Guedes, ontem, pode afetar mais de 1,8 milhão de trabalhadores mineiros.

Dados do Ministério da Economia mostram que a medida adotada inicialmente entre abril e dezembro do ano passado - e que autoriza empresas a reduzir salários e carga horária e a suspender contratos de trabalho -, terá forte impacto em três setores: serviços, comércio e indústria.

Representantes de tais segmentos em Minas veem a iniciativa como essencial para garantir fôlego a empreendimentos de diferentes tamanhos, ajudando-os a superar os efeitos da pandemia e, também, preparando-os para a retomada econômica do período pós-Covid-19.

No ano passado, de um total de 1.877.495 acordos feitos em Minas nas normas do BEM, 1.420.773 foram firmados entre trabalhadores e patrões dos setores de serviços e comércio. As duas áreas, aliás, representam 72% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de Belo Horizonte e foram as mais impactadas pela pandemia na cidade.

Para o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas da capital (CDL-bH), Marcelo Souza e Silva, a reedição do programa é a única solução viável para que o setor mantenha empregos e consiga mitigar os impactos de possíveis novas ações de isolamento social - que podem voltar a ser aplicadas diante da escalada da Covid-19.

"Essa medida vem em ótima hora e era esperada desde o início do ano. Estamos vendo um aumento do número de casos, anúncios de lockdown em Minas e o comércio e os serviços são os mais impactados. Qualquer aceno que nos traga fôlego neste cenário é positivo", enfatiza Silva.

Outro setor que comemorou o anúncio de Paulo Guedes foi o da indústria. Embora tenha sofrido menos do que comércio e serviços em 2020, o setor agregou, em Minas, 22% dos acordos firmados sob as normas do BEM. A maior parte dos acordos se deu na chamada indústria de transformação.

Também no ano passado, a Federação das Indústrias

de Minas Gerais (Fie-mg) firmou convenção coletiva no setor de Metalurgia, que estendeu por mais um mês o prazo previsto para estabilidade dos empregos-previstano programa emergencial.

Segundo Erika Morreale, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da entidade, a volta do BEM sinaliza que a cadeia produtiva será mantida, mesmo com os efeitos negativos na economia da crise sanitária.

"Nós sempre apontamos que é importante a manutenção dos empregos, principalmente pensando no pós-pandemia. É preciso manter a crença de que a situação vai melhorar e garantir os empregos agora, neste momento delicado. Assim, podemos nos recuperar mais rápido", explica ela.

Declaração de complemento do BEM ainda é incógnita no IRPF

Três dias após o início do prazo para a entrega das declarações de IRPF, contadores e especialistas em Direito Tributário não sabiam definir, ontem, como os contribuintes beneficiados pelo Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (Bem), no ano passado, deveriam declarar as compensações recebidas do governo. Trata-se de recursos do seguro-desemprego pago aos trabalhadores por conta da redução dos salários e jornadas.

A principal dúvida é se tais compensações serão enquadradas como Rendimentos Tributáveis ou Isentos. A **Receita Federal** ainda não se pronunciou sobre o assunto, embora tenha considerado o auxílio-emergencial como um rendimento tributável. A expectativa é de que o órgão soltasse nota sobre o tema.

Para o contador Maurício Ferreira Chaves, contudo, é necessário que os contribuintes esperem essa definição para evitar surpresas e a própria malha fina. "Embora seja uma incoerência determinar como tributável um benefício que veio para servir como um auxílio, a tendência é que a Receita determine que essa contrapartida venha dessa forma", diz ele. "O mais importante, porém, é aguardar uma posição do fisco", completa.

O advogado Thiago Lage também acredita que o fisco irá aplicar à compensação a mesma lógica do auxílio. "A MP que criou o programa é clara quando afirma que a compensação é tributável. Embora isso seja

contraditório, já que as medidas do programa foram para quem estava trabalhando. A compensação veio para que os salários não fossem diminuídos drasticamente, mas os vínculos empregatícios foram mantidos", sustenta Lage.

**Site:**

***<https://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=12839>***



## PF apreende mais de R\$ 20 mi

Nesta quarta-feira, 3, a Polícia Federal em Sergipe deflagrou uma operação intitulada "Distração", para o cumprimento de ordens judiciais contra pessoas envolvidas com a empresa EsporteNet, de jogos e apostas, em Sergipe.

A investigação teve com objetivo apurar a suposta prática de exploração de jogos de azar, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa envolvendo o site e os seus proprietários, e durante a operação foram apreendidos mais de R\$ 20 milhões em dinheiro.

Os agentes da PF passaram a tarde de ontem fazendo a contagem do dinheiro apreendido durante a operação. Foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão, sendo quatro em Aracaju, seis em Itabaiana, um em São Cristóvão e um em Lagarto.

Todos os mandados foram expedidos pelo Juízo da 6ª Vara Federal de Itabaiana.

Ainda segundo informações da PF, essas investigações tiveram início ainda no ano de 2019, e conta com a participação da **Receita Federal**.

Em Aracaju, um dos mandados foi encaminhado para o endereço localizado em um condomínio residencial do Bairro Jardins, na zona Sul da capital. De acordo com a polícia, foram constatadas práticas características do crime de lavagem de dinheiro, como, por exemplo, fragmentação de depósitos em espécie e pulverização de dinheiro em diversas contas bancárias, com o fim de dissimular a origem e o valor total das transações financeiras.

"Além disso, foram identificadas operações de câmbio não autorizadas, com o fim de promover evasão de divisas, o que atraiu a atribuição da Polícia Federal para atuar no caso", disse o órgão em nota.

Durante a operação também foram cumpridos mandados de sequestro de bens pertencentes aos envolvidos no esquema criminoso.

# Operação investiga lavagem de dinheiro ligada ao caso Ideal

**Débora Ertel** [debora.ertel@gruposinos.com.br](mailto:debora.ertel@gruposinos.com.br)

Ontem houve mais um capítulo no caso da Ideal, empresa do Vale do Sinos investigada pela acusação de pirâmide financeira. O caso teve repercussão nacional, já que a empresa tinha atuação em todo o Brasil. A Polícia Federal (PF) desencadeou a terceira fase da Operação Egypto, desta vez para apurar o crime de lavagem de dinheiro, e fez buscas na região e vários Estados.

Em parceria com a **Receita Federal**, que compartilha documentos que possibilitaram identificar possíveis fraudes fiscais, a PF fez diversas apreensões.

Conforme Eduardo Dalmolin Bollis, da Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros da PF, foram descobertos outros escalões de atuação da Ideal. Acredita-se que os líderes do esquema utilizavam laranjas para ocultar a aquisição de patrimônio.

Foram cumpridas ordens judiciais para bloqueio de 170 imóveis registrados em nome dos investigados, com valor total estimado em R\$ 80 milhões, além da apreensão de veículos.

"Mas eles não eram os verdadeiros proprietários. O dinheiro para aquisição saiu daquele universo primeiramente investigado", disse o delegado, referindo-se à cifra que pode ser superior a R\$ 1 bilhão.

Prisões e buscas Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Bom, onde uma das duas prisões decretadas foi efetuada. Além disso, houve cumprimento de mandados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória, no Espírito Santo, onde houve mais quatro prisões temporárias.

Cumpridas ordens judiciais para bloqueio de 170 imóveis em nome de investigados.

1 bi é a cifra que estaria envolvida no caso Ideal, segundo investiga a Polícia Federal

Os bens que foram bloqueados na na operação totalizam cerca de R\$ 80 milhões só em imóveis, além da apreensão de veículos. E houve também prisões

temporárias.

Muitos envolvidos

Segundo o delegado Eduardo Dalmolin Bollis, causou surpresa o número de envolvidos que a Ideal utilizou para ocultar os seus bens, além do primeiro escalão da empresa.

"Ainda não é possível dizer quantos estão envolvidos. Vai depender de tudo aquilo que estamos levantando", ressalta o policial.

Sobre a restituição de valores às vítimas da Ideal - a empresa tinha 23,2 mil clientes cadastrados em todo o País -, a Polícia Federal esclarece que isso ocorre na esfera cível.

Todos os bens dos sócios são rastreados por meio das investigações, identificados e bloqueados, permanecendo à disposição do Poder Judiciário para devidos procedimentos.

Já existe uma ação na Justiça contra os indiciados na primeira fase, entre eles os cinco sócios da Ideal. Eles respondem por crime contra o sistema financeiro e organização criminosa.

**Site:**

<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/impressa/11106/04-03-2021.html?all=1>

# Receita Federal apreende aracnídeos em fiscalização

**ANA CAROLINA MATOS DA REDAÇÃO**

Dezenas de aracnídeos foram encontrados na terça-feira, 2, no Centro de Distribuição dos Correios, em Belém. Os animais estavam escondidos em caixas, cujo conteúdo havia sido declarado como sendo de chaveiros. O material ilegal tinha como destino o estado de São Paulo, mas foi interceptado por equipes de Repressão ao Contrabando e Descaminho da **Receita Federal**. Os invertebrados poderiam render US\$ 100 mil no mercado internacional, o equivalente a mais de R\$ 500 mil.

Ao todo, foram apreendidos 34 espécimes, entre uma aranha caranguejeira e vários amblypygi - um tipo de aracnídeo pertencente à classe das aranhas, escorpiões e carrapatos. Os animais estavam armazenados em pequenos potes plásticos, com furos para a entrada de oxigenação. Os potes também continham lenços umedecidos, para que a carga viva sobrevivesse a grandes altitudes.

Foi a declaração do conteúdo da carga, que informava se tratar de 300 chaveiros, que chamou a atenção da **Receita Federal**. A falta de remetente e a incongruência entre o volume e peso, para o conteúdo informado, também levantaram as suspeitas dos auditores. "A nossa suspeita in loco era a má descrição da declaração de conteúdo. O peso associado ao seu volume, pra descrição de 300 chaveiros, chamou muito a nossa atenção", relatou Leandro Goldemberg, auditor da **Receita Federal**, ao JL1, da TV Liberal.

IBAMA Ainda conforme o auditor, a **Receita Federal** e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) devem dar prosseguimentos às investigações para coibir a ação criminosa. "Estamos com um indício de uma possível rota de saída do país de espécies da Região Norte. Essas espécies têm valor agregado muito alto na Europa e na Ásia. Esses animais, fora do país, têm caráter exótico, seja de souvenir, seja como animal para experiência ou estimação", concluiu. As espécies serão encaminhadas ao Ibama, que decidirá o destino de cada aracnídeo segundo a possibilidade de reinserção à natureza.

**Site:**

<http://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?>

***serviceCode=login#page/38***

# Serviços têm novo desafio

» **VERA BATISTA**

Setor mais afetado pelas medidas de distanciamento social necessárias para conter a pandemia da covid-19, os serviços encolheram 4,5% em 2020. Somado à indústria, que retrocedeu 3,5%, o setor representa 95% da economia nacional. E tem uma peculiaridade que o torna mais sensível ao desempenho geral da atividade e do consumo domésticos. "Ao contrário da indústria e do agronegócio, que podem se voltar para as exportações, os serviços dependem do mercado interno. E, nesse ritmo, com uma nova onda de contaminação, e das incertezas sobre a imunização, as perspectivas para 2021 são muito preocupantes", destacou Fábio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na análise do economista, não está descartado um processo recessivo já no primeiro semestre de 2021, diante da perspectiva de alta da **inflação** e dos juros, provocados pelo aumento do preço dos combustíveis. "O governo precisará adotar todas aquelas medidas do ano passado, como a volta do auxílio emergencial, redução de jornada e de salários e adiamento de **impostos**, pelo menos até que 50% da população esteja vacinada", ressaltou Bentes. "Se nada for feito, o mercado de trabalho poderá ser gravemente afetado. O setor terciário é responsável por cerca de 75% do **PIB** brasileiro", ressaltou.

O economista lembrou que, mesmo com a queda de 4,5% em 2020, o pior resultado da série histórica, os serviços enfrentam um cenário dramático neste início de 2021, com o começo de um novo processo de isolamento. No setor, somente as vendas on-line poderão ter um avanço, pelas especificidades que o coronavírus causou, e os prestadores de serviço tiveram que se adaptar aos novos tempos. No último Natal, por exemplo, esse segmento teve alta de 3,4%. No ano, cresceu aproximadamente 64% em relação a 2019. "Mas esse avanço não foi suficiente para segurar um crescimento sustentável dos serviços em geral", destacou Bentes.

Dentro do setor, o pior resultado em 2020 foi observado na categoria outras atividades de serviços (-12,1%), que são os restaurantes, academias e hotéis, de acordo com as informações divulgadas, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Os serviços prestados às famílias foram os mais afetados negativamente pelas restrições de funcionamento. A segunda maior queda

ocorreu no segmento de transportes, armazenagem e correio (-9,2%), principalmente o transporte de passageiros, atividade econômica também muito atingida pela pandemia", explicou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Caíram, ainda, as atividades de administração, defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social** (-4,7%), comércio (-3,1%), informação e comunicação (-0,2%). Já atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4%) e as atividades imobiliárias (2,5%) avançaram em 2020.

Como nas demais atividades, o setor de serviços teve desempenho melhor no fim do ano passado. No quarto trimestre de 2020, em relação ao trimestre anterior, os serviços tiveram variação positiva de 2,7%. No confronto com o mesmo trimestre de 2019, porém, houve recuo de 2,2%, de acordo com o IBGE.

# Nova fase do auxílio deve pagar de R\$ 150 a R\$ 375

*Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli*

vulnerável por causa da pandemia de covid-19 devem receber quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375 na nova rodada do auxílio emergencial, segundo apurou o Estadão/ Broadcast. O valor do benefício muda conforme a composição familiar, e apenas uma pessoa da mesma família poderá receber os valores.

Sob o novo desenho, a estimativa do governo é contemplar 45 milhões de brasileiros.

Os detalhes do auxílio estão sendo colocados em uma medida provisória, a ser editada logo após a aprovação no Congresso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que lançará as bases legais para a recriação do programa de assistência na pandemia (veja mais na página B7).

Uma cota de R\$ 250 mensais será paga à maior parte dos vulneráveis alcançados pelo programa.

Apenas dois grupos terão valores diferentes: famílias formadas por uma só pessoa terão direito a R\$ 150, enquanto as mulheres que são as únicas provedoras de seus lares receber R\$ 375.

A previsão de cotas variáveis foi uma das saídas encontradas pelos técnicos para otimizar os gastos com o auxílio emergencial, dado que o espaço nas contas do governo está bastante comprimido. Foi com esse mesmo objetivo que o governo também decidiu limitar o pagamento do auxílio a uma pessoa por família - uma mudança significativa em relação à rodada de 2020, quando até dois integrantes da mesma família podiam ser contemplados.

O texto da MP deve prever a possibilidade de prorrogar a nova rodada do auxílio enquanto durar o período de enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela covid-19, reconhecida pela Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. A lei da emergência de saúde pública está em vigor até hoje e é diferente do decreto de calamidade, que vigorou até 31 de dezembro de 2020 e já perdeu validade.

Fora do teto. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o governo calcula um custo extra de R\$ 35 bilhões a R\$ 40 bilhões com a nova rodada do auxílio emergencial.

Essa despesa ficará fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

O relator da PEC emergencial, senador Marcio Bittar (MDB-AC), incluiu em seu parecer um limite maior, de R\$ 44 bilhões, para os gastos com o benefício sem as amarras fiscais.

Mesmo assim, segundo uma fonte ouvida pela reportagem, a intenção do governo é usar até R\$ 40 bilhões nos quatro meses de auxílio.

O público-alvo da recriação do programa são os brasileiros que já eram elegíveis ao auxílio em dezembro de 2020, ou seja, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados com renda de até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos no total.

Para evitar fraudes e gastos indevidos, o governo deve prever no próprio texto a realização de revisões mensais para verificar se as condições estão atendidas.

A MP está sendo preparada para publicação logo após a aprovação da PEC emergencial pelo Congresso. A mudança constitucional é colocada como pré-condição pela equipe econômica para poder destravar a nova rodada do benefício.

A PEC livra o auxílio de amarras fiscais e autoriza a abertura de um crédito extraordinário para bancar o custo extra com o programa, sem esbarrar no teto de gastos.

TCU cobra do INSS retomada das perícias

Quase seis meses após vir à tona o impasse entre peritos médicos e o INSS para a retomada do atendimento à população, a ausência de avanço concreto na normalização do serviço levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a cobrar novamente do governo proposta para lidar com as restrições impostas pela covid-19. Soluções paliativas, como o uso de telemedicina, tiveram baixa adesão e se mostraram insatisfatórias: segundo o próprio governo, apenas uma perícia médica foi realizada até hoje com o uso da ferramenta.

Uma das preocupações é que o acúmulo de pedidos

de perícia acabe retardando mais o atendimento de quem fez o requerimento em 2021. Há ainda uma agravante: o **INSS** não tem mais os instrumentos que lhe permitiram, no ano passado, antecipar pagamentos para dar alívio imediato às famílias que precisam dos benefícios.

Em 2020, a necessidade de fechar as agências do **INSS** devido à pandemia da covid-19 levou o Congresso Nacional a permitir que o governo concedesse benefícios como auxílio-doença e o BPC (pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda) de forma antecipada, antes mesmo da realização da perícia médica, procedimento obrigatório para verificar se o cidadão faz jus ao benefício.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bia Kicis diminui resistências e deve ser confirmada na CCJ

**BRUNOGÓESE NATÁLI A PORTINARI**  
*opais@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Após um mês de trabalho nos bastidores, a deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), investigada no Supremo Tribunal Federal (STF) nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos, conseguiu diminuir resistências e está próxima de ser confirmada como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), colegiado mais importante da Câmara.

A instalação das comissões ainda está prevista para ocorrer hoje, mas a tendência é que fique para a próxima semana, já que a Câmara deve concentrar esforços nos próximos dias na aprovação da PEC Emergencial.

Eleita na onda bolsonarista de 2018, Bia Kicis sofreu rejeição quando seu nome apareceu cogitado para a CCJ por conta de seu discurso político radicalizado e passou as últimas semanas tentando amenizar essa imagem junto a outros partidos, sinalizando que pode ter comedimento à frente da comissão. Ela não saiu em defesa publicamente, por exemplo, do correligionário Daniel Silveira (PSL-RJ), investigado como ela no STF e preso durante o carnaval por defender o AI-5 e estimular violência contra ministros da Corte. Kicis, porém, votou pela derrubada da prisão.

## ACORDO MAIS AMPLO

Também pesou a favor da deputada o acordo costurado pelo comando da Câmara para contemplar com a presidência de comissões os partidos com as maiores bancadas, respeitando a proporcionalidade de eleitos. Romper essa tradição no caso do PSL poderia provocar um efeito cascata e atrapalhar as negociações para o comando de outras comissões - Não interessa a ninguém bagunçar a regra da proporcionalidade - diz um aliado de Lira e importante líder do Centrão.

Pela CCJ passarão os principais projetos da Casa. O colegiado tem a prerrogativa de analisar a constitucionalidade de cada texto. Para assumir o cargo, Kicis já conseguiu o apoio de partidos do centrão, como PP, PL, PSD e Republicanos. A expectativa entre os deputados é que apenas a oposição proteste contra o nome dela, numa estratégia

de marcar posição.

Presente nos atos antidemocráticos incentivados pelo presidente Jair Bolsonaro, Kicis tenta construir pontes até com partidos de esquerda. Para convencê-los, segundo um deputado desse grupo, ela argumenta que será "democrática e respeitará as diferenças". Garante ainda que dará a palavra a todos quando estiver no comando da comissão.

No DEM, já há um movimento, inclusive, para que os integrantes indicados à comissão se comprometam a votar na bolsonarista. O deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), que não daria seu voto a Bia Kicis, começará como suplente e só depois deverá ser titular.

No PSL, a escolha por Bia Kicis também se deveu a um acordo. O partido é dividido entre bolsonaristas e apoiadores do presidente da sigla, Luciano Bivar (PSL-PE). Antes da eleição da Mesa da Câmara, foi decidido que Bivar ficaria com indicação da primeira-secretaria da Casa, enquanto Kicis, apoiada pelos bolsonaristas, seria indicada à CCJ.

Só deputados do bloco vencedor na eleição da Mesa Diretora, ou seja, aliados de Lira, podem se candidatar à presidência da comissão. Por isso, líderes dos partidos que formaram o bloco atuarão para vetar candidatos avulsos, evitando indicar para compor a comissão parlamentares que tenham a intenção de enfrentar Kicis no voto.

Para burlar esse impedimento, o deputado Delegado Waldir (PSL-GO) planeja conseguir um assento na comissão através de um líder de oposição para disputar contra Bia Kicis. Ao GLOBO, ele diz que já comunicou ao partido sua intenção de concorrer à presidência da CCJ.

- Estou avaliando ainda se terei votos, porque não vou concorrer só por concorrer-disse.

Já há uma expectativa para alocação de partidos em cada comissão. Porém, ainda pode haver mudanças e acordos para trocas. Além de o PSL ficar com a CCJ e a de Agricultura, o PSD deve ficar com Comissão de Finanças e Tributação; o PL, com Minas e Energia; o DEM, com a de Educação; o PP, com **Seguridade Social** e Família; o PSDB, com Ciência e Tecnologia. Da oposição, o PT ficaria com Direitos Humanos e o



PDT, com a de Trabalho. O PSL ficaria ainda com a comissão de Segurança Pública. Há ainda uma disputa entre a legenda e o PSDB pela de Relações Exteriores.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PIB despenca 4,1% e tem a maior queda em 24 anos

## DA REDAÇÃO COM AGÊNCIA BRASIL

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro caiu 4,1% em 2020, totalizando R\$ 7,4 trilhões. Esta é a maior queda anual da série iniciada em 1996 e interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando a soma de todas as riquezas produzidas no país acumulou alta de 4,6%.

Com o resultado, o Brasil deixou o ranking das 10 maiores economias do mundo e caiu para a 12ª colocação, segundo levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating. Em 2019, o país ficou na 9ª posição. De acordo com o levantamento, o Brasil foi superado em 2020 por Canadá, Coreia e Rússia.

O **PIB** per capita alcançou R\$ 35.172 no ano passado, recuo recorde de 4,8%. No quarto trimestre, que fechou o resultado de 2020, o **PIB** cresceu 3,2%. Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a coordenadora do IBGE, Rebeca Palis, o resultado é efeito da pandemia de Covid-19, quando diversas atividades econômicas foram parcial ou totalmente paralisadas para controle da disseminação do vírus. "Mesmo quando começou a flexibilização do distanciamento social, muitas pessoas permaneceram receosas de consumir, principalmente os serviços que podem provocar aglomeração", disse ela.

**Retração nos serviços** Os serviços recuaram 4,5% e a indústria, 3,5%. Segundo o IBGE, esses dois setores somados representam 95% da economia nacional. A agropecuária teve alta de 2%.

O menor desempenho dentro dos serviços foi o de outras atividades de serviços, com retração de 12,1%. Nelas estão incluídos restaurantes, academias e hotéis. De acordo com Rebeca, os serviços prestados às famílias foram os mais afetados negativamente pelas restrições de funcionamento.

"A segunda maior queda ocorreu nos transportes, armazenagem e correio (-9,2%), principalmente o transporte de passageiros, atividade econômica também muito afetada pela pandemia", explicou.

Ainda no setor de serviços, as atividades de administração, defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social** registraram recuo de 4,7%; o comércio, de 3,1%; informação e comunicação, de 0,2%. As atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados tiveram movimento diferente em 2020 e subiram 4%, como também as atividades imobiliárias, com alta de 2,5%.

Na indústria, o destaque negativo da queda de 3,5% foi o desempenho da construção (-7,0%), que voltou a cair depois da alta de 1,5% em 2019. Outro dado negativo observou-se nas indústrias de transformação (-4,3%), influenciadas pela queda na fabricação de veículos automotores, outros equipamentos de transporte, confecção de vestuário e metalurgia. Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos tiveram retração de 0,4%. As indústrias extrativas subiram 1,3%, com a alta na produção de petróleo e gás.

Os aumentos da soja (7,1%) e do café (24,4%) ajudaram a agropecuária a crescer 2,0%. Com relação às famílias, na comparação com o ano anterior, todos os componentes relativos à demanda caíram em 2020. O consumo das famílias teve o menor resultado da série histórica (-5,5%), principalmente pela piora no mercado de trabalho e a necessidade de distanciamento social.

# CMO aprova parecer do Orçamento com estimativa de R\$ 1,5 tri em receitas primárias

Brasília - A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou ontem o parecer do relator da Receita, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), iniciando a análise da proposta orçamentária para este ano (PLN 28/20).

As receitas primárias, incluindo a compensação do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) em razão de desonerações vigentes, foram reestimadas para R\$ 1,595 trilhão. Isso representa um acréscimo de R\$ 35,3 bilhões (2,3%) no valor originalmente apresentado pelo Poder Executivo em agosto (R\$ 1,560 trilhão).

"Não obstante a profunda alteração do cenário econômico e social em relação ao que se previa em agosto, não foi enviada [pelo governo] uma mensagem modificativa, e coube ao Congresso suprir a lacuna", explicou Beto Rodrigues.

As receitas primárias referem-se aos fluxos financeiros com impacto positivo sobre os resultados fiscais.

O valor proposto por Beto Pereira é o mesmo que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada em dezembro.

A LDO (Lei 14.116/20) e o parecer aprovado usam projeções macroeconômicas para este ano feitas pelo Ministério da Economia em novembro. O crescimento da economia, que estimula a arrecadação tributária, foi estimado em 3,20%.

Déficit fiscal - Em 2021, a meta fiscal prevista é um déficit de R\$ 247,1 bilhões para o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência). Desde 2014 o resultado primário - receitas menos despesas antes do pagamento de juros - está no vermelho.

As propostas orçamentárias para 2021 sugerem melhora no Produto Interno Bruto (**PIB**) e nas contas públicas. Com a pandemia, a economia encolheu 4,1% em 2020, o pior resultado em 24 anos, e o déficit primário do governo central disparou para o recorde de R\$ 743,1 bilhões (10% do **PIB**, ante 1,3% em 2019).

Na segunda-feira (1º) acabou o prazo para apresentação de emendas parlamentares à despesa na proposta orçamentária. Foram apresentadas 7.133 - 6.638 individuais e 495 coletivas. O total das

emendas impositivas (de execução obrigatória) na Saúde somou R\$ 7,9 bilhões.

A comissão volta a se reunir nesta quinta-feira (4), quando o relator-geral do Orçamento para 2021, senador Marcio Bittar (MDB- AC), deverá apresentar o parecer preliminar em reunião da CMO.

O parecer preliminar é uma das fases na análise da proposta orçamentária e está previsto nas regras da CMO. Entre outros pontos, orienta a apreciação das emendas que eventualmente resultarão no remanejamento das dotações.

O cronograma da CMO marca para o próximo dia 24 a análise do relatório final do Orçamento em sessão conjunta de deputados e senadores. O texto está atrasado - pela Constituição, deveria ter sido aprovado em dezembro.

Outras decisões - Ontem, o senador Lasier Martins (Podemos-RS) foi eleito como 3º vice-presidente da CMO. Ontem ele se afastou temporariamente das atividades legislativas após anunciar que foi diagnosticado com Covid-19.

Foi aprovada também a realização de audiência com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre verbas necessárias para a realização do Censo Demográfico de 2020. A contagem foi adiada devido à Covid-19. (Agência Câmara)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-04-03-2021/>

# TCU cobra agilidade do INSS na concessão de auxílio-doença

Depois do fracasso das perícias médicas por telemedicina para obtenção de benefícios previdenciários, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, solicitou ao governo medidas para garantir mais agilidade na concessão dos auxílios-doença. Em despacho, o ministro solicita à Subsecretária de Perícia Médica Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que enviem "proposta de modelo de avaliação da incapacidade que permita superar as atuais restrições à realização da perícia médica de forma presencial e que garantam incremento de eficiência no médio e longo prazo."

As agências da Previdência permaneceram fechadas de março a setembro do ano passado, em razão da pandemia, o que impossibilitou a realização de procedimentos presenciais, como as perícias médicas, necessárias à concessão dos benefícios por incapacidade.

Atualmente, das 1.562 agências no país, 1.176 estão abertas. No entanto, apenas 564 unidades possuem perícia médica.

Em setembro do ano passado, Dantas havia recomendado ao governo a realização de perícias médicas com uso da telemedicina. No entanto, no relatório enviado na terça-feira, o ministro aponta que os resultados alcançados pelo piloto desse procedimento foram "insatisfatórios", com apenas uma perícia tendo sido realizada de forma remota.

A Secretaria de **Previdência Social** e o **INSS** foram procurados pela reportagem do jornal, mas até o fechamento desta edição não se manifestaram.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Veja o glossário do Imposto de Renda 2021

## Por G1

O prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda 2021, ano-base 2020, vai até o dia 30 de abril.

Confira no glossário do G1 as descrições dos termos mais comuns usados na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

## SAIBA TUDO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA 2021

**Abono pecuniário:** É a opção que o trabalhador tem de converter, em pagamento, dez dias do seu período de férias.  
**Acréscimo patrimonial:** É o aumento de riqueza justificado pela renda de determinado indivíduo ou contribuinte.  
**Alienação:** É a transferência de um bem ou direito para o nome de uma outra pessoa.  
**Alienação de bens e direitos:** É caracterizada como compra e venda, permuta, desapropriação, doação em pagamento, doação, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins.  
**Alienação de moeda estrangeira:** São operações de alienação feitas em moeda de outro país. Os ganhos em reais obtidos na alienação estão sujeitos à tributação definitiva com alíquota de 15%, quando o total das alienações forem superiores a US\$ 5 mil.  
**Alimentandos:** São filhos de pais divorciados, separados judicialmente ou por escritura pública, que recebem pensão alimentícia.  
**Alíquota:** Em direito tributário, alíquota é o percentual ou valor fixo que será aplicado sobre a base de cálculo para apurar o valor de um tributo.  
**Ano-calendário:** É o ano anterior ao ano vigente. Se estamos em 2021, o ano-calendário será o de 2020.  
**Aplicação financeira:** É o valor depositado em uma instituição financeira com a finalidade de obter rendimento.  
**Atividade rural:** Agricultura, pecuária, extração e exploração vegetal e animal, atividades zootécnicas, pesca ou produtos utilizando matéria-prima da área explorada como produção de queijo.  
**Base de cálculo:** No direito tributário, base de cálculo é a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia de imposto a pagar.  
**Bens e Direitos:** Imóvel, carro, moto, direito autoral de música ou patente de inovação tecnológica, por exemplo.  
**Bens imóveis:** Casa, terreno, sala, galpão, loja, apartamento, prédio, por exemplo, em zona urbana ou rural.  
**Bens móveis:** Que podem ser transportados, como carro, moto, avião, barco, obra de arte e joias.  
**Carnê-Leão:** É o imposto mensal obrigatório para a pessoa física que reside no país e recebe rendimentos de outra pessoa física ou do exterior, quando não tributados na fonte no Brasil. Os perfis mais comuns que se enquadram no Carnê-Leão

são, por exemplo, profissionais liberais, autônomos, locadores e pensionistas.  
**CNPJ:** O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é um número único que identifica uma pessoa jurídica junto à **Receita Federal**.  
**Comprovante de rendimento:** É o documento com o qual uma pessoa comprova que possui rendimentos.  
**Contribuição patronal:** É o pagamento efetuado pelo empregador para a **Previdência Social**, incidente sobre o valor da remuneração do empregado.  
**Contribuinte:** É o sujeito passivo de uma obrigação tributária. Em termos comuns, é aquele que deve, por previsão legal, pagar **tributos** ao Fisco.  
**Contribuinte incapaz:** São as pessoas que não podem praticar pessoalmente os atos ou negócios jurídicos. Neste caso, a declaração fica a cargo do tutor ou responsável pela guarda judicial do incapaz.  
**Contribuinte menor emancipado:** É aquele contribuinte que, mesmo sem ter atingido os dezoito anos de idade, tem direitos e deveres de um cidadão maior de idade.  
**Crédito tributário:** No direito tributário, é o vínculo jurídico que obriga o contribuinte ou responsável (sujeito passivo) ao Estado (sujeito ativo) ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária.  
**Darf:** Documento de Arrecadação de Receitas Federais é o documento utilizado pelas pessoas físicas e jurídicas para pagamentos de **impostos**, contribuições e taxas para a **Receita Federal**.  
**Day Trade:** Operação em que uma ação é comprada e vendida no mesmo dia.  
**Declaração de Ajuste Anual do IRPF:** É o nome completo da declaração do Imposto de Renda. Trata-se do documento que a pessoa física entrega à **Receita Federal do Brasil**.  
**Declaração usando os descontos legais:** É o tipo de declaração do IRPF que permite abater determinadas despesas do Imposto de Renda. É ideal para quem tem deduções que superam 20% dos rendimentos anuais.  
**Declaração conjunta:** É a declaração apresentada em nome de um dos cônjuges, abrangendo todos os rendimentos do casal. Pelas regras da Receita, essa declaração é válida para as pessoas oficialmente casadas, que estão em uma união estável por, no mínimo, cinco anos, ou que possuem um filho em comum, mesmo que não sejam oficialmente casados.  
**Declaração de bens e direitos:** É a parte da declaração de ajuste anual, onde são relacionados detalhadamente os bens imóveis, móveis e direitos que faziam parte do patrimônio em 31 de dezembro do ano-calendário.  
**Declaração retificadora:** A declaração retificadora é o instrumento que a pessoa física envia a **Receita Federal do Brasil** para substituir a declaração de ajuste anual entregue com incorreções.  
**Declaração com o desconto simplificado:** É a declaração que implica a substituição das

deduções previstas na **legislação tributária** pelo desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na declaração. Dedução: Ação de deduzir; subtrair; diminuir; abater. No caso do IR, pode-se deduzir despesas que diminuem a base de cálculo do imposto devido. Dedução de incentivo: É o desconto efetuado do imposto devido, limitado a 6%, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, incentivo à cultura, à atividade Audiovisual e ao desporto. E mais 2%, sendo 1% ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) e 1% ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon). Dedutibilidade: A ação de poder deduzir a despesa que reduz a base de cálculo do Imposto de Renda. Dependente: Pessoa que não dispõe de recursos para promover a sua subsistência e que vive às custas de outra. Na declaração do IR é informada como dependente de quem a mantenha. Dívidas e ônus reais: Dívida ou empréstimo que o contribuinte tem no país ou no exterior, contraídos de pessoa física ou jurídica. Doação: É o contrato, gratuito e formal, em que uma pessoa, por sua própria vontade, transfere bens ou vantagens do seu nome para outra pessoa. Emolumento: Emolumento é o rendimento de um cargo, além do ordenado fixo. Espólio: Bens que alguém deixou ao morrer. É o total dos bens e direitos que pertenciam ao falecido. Evolução patrimonial: São todas as alterações sofridas pelo patrimônio na sua composição qualitativa e/ou quantitativa. Exigibilidade suspensa: Disputa na Justiça em que o pagamento de IR é feito por depósito judicial. FGTS: É o fundo criado em 1967 pelo governo federal para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. Fonte pagadora: Fonte pagadora é a pessoa física ou jurídica que efetuou o pagamento de rendimentos ao contribuinte. Ganho de capital: É a diferença positiva entre o valor da venda de um bem ou direito e o valor pelo qual ele foi adquirido. Honorário: É a remuneração de quem exerce uma profissão liberal: advogado, médico etc. Imposto a pagar: É a diferença positiva entre o imposto apurado e o imposto pago. Imposto a restituir: É a diferença negativa entre o imposto apurado e o imposto pago. Imposto complementar: É o recolhimento de Imposto de Renda facultativo que o contribuinte pode antecipar até o mês de dezembro do ano-calendário, quando tenha recebidos rendimentos de mais de uma fonte pagadora. Imposto devido: É o valor do imposto apurado antes da compensação do imposto retido na fonte e pago pelo carnê-leão. Imposto de renda retido na fonte: É o imposto que é descontado dos rendimentos do contribuinte pela fonte pagadora. **INSS**: É uma autarquia do governo federal que recebe as contribuições para a manutenção do regime geral da **Previdência Social**, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte,

auxílio-doença etc. Inventariante: É a pessoa que administra os bens de um falecido enquanto a partilha dos bens não é julgada. Isenção de Imposto de Renda: É a dispensa do pagamento do imposto em casos que são garantidos por lei. Isento do Imposto de Renda: É aquele desobrigado, dispensado ou eximido do pagamento do imposto. Legatário: É a pessoa beneficiada pelo testamento de um falecido. Limite de dedução: É o teto aquele fixado por lei para limitar as deduções que reduzem a base de cálculo do imposto. Livro caixa: É o livro no qual o contribuinte pode deduzir da receita decorrente do exercício da atividade as despesas permitidas, ou seja, as despesas necessárias para exercer a atividade. Natureza da ocupação: É a espécie de atividade que determinado indivíduo exerce: serviço ou trabalho, seja manual ou intelectual. Numerário: Moeda, dinheiro efetivo. A quantia ou soma em dinheiro que uma pessoa tem no caixa. Ocupação principal: É a atividade principal exercida por determinado indivíduo, seja trabalho manual ou intelectual. Ônus real: É uma obrigação que limita a fruição e a disposição da propriedade e que recai sobre coisas móveis ou imóveis, por força de direitos reais sobre coisas alheias. Participação societária: Posse de cotas ou ações de uma empresa. Pensão alimentícia: É a quantia fixada pelo juiz ou escritura pública que deve ser atendida pelo responsável, para manutenção dos filhos e ou do outro cônjuge. Permuta: É o ato no qual os contratantes trocam ou cambiam entre si coisas de sua propriedade. Pessoa física: Homem ou mulher ao qual se atribuem direitos e obrigações. Pessoa jurídica: Conjunto de normas de proteção e defesa do trabalhador ou do funcionário, mediante aposentadoria, amparo nas doenças, montepios, etc. Previdência privada: Previdência privada, também chamada de **previdência complementar**, é uma forma de seguro contratado para garantir uma renda futura ao comprador ou seu beneficiário. Pró-labore: Expressão latina que significa pelo trabalho; remuneração do trabalho realizado por sócio, gerente ou administradores de uma empresa. Recibo da declaração: É o documento que comprova a efetiva entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Rendimento: É o total recebido, durante certo período, como remuneração de trabalho ou de prestação de serviços, ou como lucro de transações comerciais ou financeiras de investimentos de capital etc. Rendimento bruto: Todo o produto do capital do trabalho, alimentos e pensões percebidos em dinheiro; proventos de qualquer natureza. Rendimento próprio: É a remuneração recebida no próprio nome de determinado indivíduo/contribuinte. Rendimento isento: É aquele que não sofre a cobrança do imposto de renda, pois têm isenção garantida por lei. Rendimento não-tributável: É o mesmo que rendimento isento. Rendimentos recebidos acumuladamente:

Rendimentos que o contribuinte ganhou de uma só vez, após esperar por longo tempo. Exemplos: aposentadoria, pensão, precatórios e transferência para a reserva remunerada. Rendimento tributável: É o proveniente do trabalho assalariado; remunerações por trabalho prestado no exercício de emprego, cargos e funções, e quaisquer proventos ou vantagens percebidos, aluguéis, juros etc. Rendimento tributável exclusivamente na fonte: Rendas que têm tributação de IR no momento do recebimento. Tributação exclusiva/definitiva: É quando o imposto sobre a renda retido na fonte não pode ser compensado na declaração anual. União estável: É aquela entre um homem e uma mulher desimpedidos dos laços do casamento ou separadas de fato.

Assista a mais notícias sobre o IR 2021:

**Site:** <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2021/noticia/2021/03/04/veja-o-glossario-do-imposto-de-renda-2021.ghtml>

# PEC Emergencial é aprovada em 1º turno

» **JORGE VASCONCELLOS**

Por 62 votos a favor e 16 contra, o Senado aprovou, em primeiro turno, a PEC Emergencial, que traz medidas de ajuste fiscal e mecanismos para garantir a retomada do auxílio emergencial. A votação em segundo turno está prevista para hoje, às 11h. Em caso de nova aprovação, a matéria será encaminhada para a análise da Câmara dos Deputados. Em paralelo à tramitação da proposta no Congresso, o governo decidiu considerar a composição familiar na hora de conceder o novo auxílio. O valor do benefício será de R\$ 250, mas mulheres com filhos terão direito a uma cota maior, de R\$ 375. Famílias compostas apenas por uma pessoa, por sua vez, receberão R\$ 150. Os pagamentos serão feitos de março a junho.

O plenário do Senado aprovou uma versão desidratada do parecer do relator da PEC, Marcio Bittar (MDB-AC). Pressionado pelos partidos, ele excluiu várias contrapartidas fiscais, como a que previa o fim dos pisos constitucionais para gastos com saúde e educação e a que autorizava a redução dos salários e da jornada dos **servidores públicos**.

Mesmo com as alterações promovidas pelo relator, partidos de oposição pressionaram, durante a sessão, para que a discussão sobre o auxílio emergencial fosse realizada separadamente das medidas de ajuste fiscal. Um requerimento nesse sentido foi apresentado pelo líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE), mas recebeu a rejeição da maioria do plenário.

Lideranças da oposição também defenderam que o valor do auxílio emergencial seja maior, de R\$ 600, nos moldes do ano passado. Eles anunciaram que vão pressionar pelo aumento do benefício quando o governo enviar ao Congresso a medida provisória sobre o auxílio.

O governo definiu que as quatro parcelas do auxílio emergencial serão pagas a apenas um membro da família. A ideia é alcançar um maior número de famílias beneficiadas, cerca de 46 milhões. O gasto foi estimado pela equipe econômica entre R\$ 35 bilhões e R\$ 36 bilhões.

O Executivo pretende iniciar o pagamento do benefício no próximo dia 18, para quem recebe o Bolsa Família. O restante dos trabalhadores deve receber a partir dos últimos dias do mês. A ideia é manter os critérios de renda para acessar o benefício, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e até três

salários mínimos (R\$ 3,3 mil).

Além disso, a Caixa e o Ministério da Cidadania fizeram um cruzamento de todos os beneficiários da primeira leva do auxílio emergencial. Mais de 20 milhões de pessoas foram excluídas, como motoristas de táxi. No ano passado, eles ficaram sem renda, pois deixaram de rodar, mas voltaram a faturar posteriormente.

Prioridades

O foco central da PEC é criar mecanismos que estabilizem as contas públicas, uma função que já é feita por dois mecanismos em vigor: a regra de ouro, que impede o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários, benefícios de aposentadoria, contas de luz e outros custeios da máquina pública; e o teto de gastos, que limita as despesas da União à **inflação** do ano anterior.

Conforme o texto da PEC Emergencial, quando a União estiver prestes a descumprir a regra de ouro ou a romper o teto, medidas de contenção de gastos serão aplicadas automaticamente. Esses "gatilhos" serão acionados no momento em que os gastos obrigatórios ultrapassarem 95% das despesas totais. Nesse caso, o governo federal não poderá conceder aumento de salário a servidores, contratar novos funcionários e criar bônus. Já no caso dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quando as despesas primárias superarem 95% das receitas correntes, a adoção dos gatilhos será opcional.

Cláusulas da PEC

Veja pontos determinados no texto

» Adoção de gatilhos fiscais quando as despesas primárias superarem 95% das receitas correntes

» Definição de R\$ 44 bilhões como montante máximo de despesas que poderão ser excepcionalizadas das regras fiscais para fins da renovação do auxílio emergencial

» Possibilidade de utilização do superavit financeiro dos fundos para o pagamento da dívida mesmo sem a decretação de estado de calamidade pública

» Vedação à concessão de empréstimos e garantias para estados e municípios que não adotem medidas de ajuste durante a calamidade nacional



- » Ampliação do prazo para pagamento de precatórios dos estados, Distrito Federal e municípios
- » Possibilidade de vinculações de receitas a determinadas atividades de Defesa e Segurança
- » Criação de exceção à regra geral de redução de incentivos e benefícios tributários, alcançando, além da Zona Franca de Manaus, outras áreas de livre comércio

# MEC ameaça punir universidades por declaração política

**Paulo Roberto Netto Cássia Miranda**

O Ministério da Educação (MEC) encaminhou ofício às instituições de ensino federais do País alertando que manifestações políticas nas suas dependências podem configurar "imoralidade administrativa" e serem alvo de punições disciplinares. O documento anexa uma representação assinada pelo procurador Ailton Benedito, do Ministério Público Federal.

Benedito é apoiador do presidente Jair Bolsonaro. O ofício do MEC diz que o compartilhamento atendeu a solicitação da corregedoria da pasta.

Nesta semana, a Controladoria- Geral da União (CGU) publicou os extratos de dois Termos de Ajustamento de Conduta assinados por professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), incluindo o ex-reitor da instituição, que foram alvo de processos preliminares abertos a partir de uma denúncia do deputado federal bolsonarista Bibó Nunes (PSL-RS).

Os termos foram assinados após eles criticarem o presidente nas redes sociais, em janeiro.

Educadores e juristas ouvidos pelo Estadão alertam para o que classificam como tentativas de intimidação contra reitores e professores de universidades, que possuem autonomia em relação ao governo federal.

O ofício enviado pelo MEC por meio da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior ressalta que as recomendações feitas pelo procurador visam à "tomada de providências para prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino".

"A utilização de dependências físicas, o uso de bens móveis, materiais ou imateriais, para a promoção de eventos, protestos, manifestações, etc de natureza político-partidária, contrários e favoráveis ao governo, caracteriza imoralidade administrativa", apontou o ofício.

A representação foi assinada por Benedito no ano passado, mas só foi compartilhada pelo MEC com os reitores em fevereiro.

Paralelamente ao envio do ofício do MEC, o ex-reitor da UFPel Pedro Hallal e o pró-reitor de Extensão e

Cultura Eraldo dos Santos Pinheiro foram alvo de processos preliminares abertos na Controladoria-Geral da União (CGU) após denúncia do deputado Bibó Nunes. As críticas foram feitas durante uma live sobre o encerramento do mandato de Hallal.

"Quem tentou dar um golpe na nossa comunidade foi o presidente da República, e eu digo presidente com "p" minúsculo.

Nada disso estaria acontecendo se a população brasileira não tivesse votado num defensor de torturador, em alguém que diz que mulher não merece ser estuprada ou no único chefe de Estado do mundo que não defende vacinação", declarou Hallal.

O pró-reitor Eraldo dos Santos Pinheiro classificou Bolsonaro como "genocida".

O TAC foi assinado após a CGU concluir que as críticas dos professores não caracterizariam infração grave a ponto de punição disciplinar. O órgão, porém, apontou que as declarações podiam ser enquadradas como violações ao Regime Jurídico dos **Servidores Públicos** Civis da União, que proíbe funcionários públicos de promoverem "manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição".

Ao Estadão, Hallal avaliou que o processo foi resultado de uma "tempestade perfeita ao contrário". "Acabei virando o alvo dos segmentos irracionais da extrema direita brasileira." O TAC assinado por Hallal arquivou o processo preliminar e sem reconhecimento de culpa. Os termos prevêm apenas que o professor não deve descumprir o Regime Jurídico do Servidor Público novamente.

Professores classificaram que o envio do ofício do MEC às universidades e os processos abertos contra docentes da UFPel podem ser tentativas de "intimidação" contra servidores das instituições.

O reitor da Universidade Federal do Paraná e professor de Direito, Ricardo Marcelo Fonseca, citou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu pela inconstitucionalidade de atos que atentem contra a liberdade de expressão de alunos e professores nas universidades.

Em 2018, ao julgar ações policiais contra

manifestações dentro de universidades, o STF considerou por unanimidade inconstitucional qualquer tipo de ação judicial ou administrativa que limitasse liberdade de reunião, de cátedra e de expressão nas universidades. "A recomendação desta unidade do Ministério Público Federal de Goiás não se mantém em pé", disse Fonseca.

"O exercício da pluralidade de posições deve ser altamente respeitado".

Segundo o professor Cláudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas, o TAC assinado por Hallal para encerrar o processo "é uma vitória para o governo". "Dizer que essa pessoa não pode repetir a atitude, não pode exercer um direito seu, de fazer a crítica ao governo, ainda mais no ambiente acadêmico, isso é inacreditável." Para Floriano de Azevedo Marques Neto, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), os casos promovem um "cerceamento".

"Quando você está diante da atividade docente, você tem como condição inerente a liberdade de cátedra."

Pasta diz que ofício visa a "orientar"

O Ministério da Educação disse em nota que comunicação enviada às universidades federais pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior (DIFES) visa "orientar as instituições para a necessidade de regulamentação e estabelecimento de parâmetros mínimos de observância para a cessão e utilização dos espaços e bens públicos" e "evitar que tais espaços e bens sejam utilizados de formas desconexas com a finalidade da instituição de ensino".

A CGU afirmou que o TAC "é um instrumento de natureza consensual", não possuindo "qualquer caráter punitivo". "O TAC não teve como objeto críticas, opiniões científicas ou políticas, mas sim ofensas pessoais que podem caracterizar difamação ou injúria."

Panelaços pelo segundo dia consecutivo

Panelaços contra o presidente Jair Bolsonaro foram registrados pelo segundo dia consecutivo. Ontem, protestos foram ouvidos em São Paulo (foto), Rio de Janeiro, Salvador e Brasília. As manifestações, convocadas pelas redes sociais, ocorrem no momento em que o País bate recordes seguidos de mortes pela covid-19.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Proposta que destrava auxílio avança no Senado

**GERALDA DOCA, MANOEL VENTURAE PAULO  
CAPPELLI**

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre espaço para o pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial. O texto permite que as despesas com o benefício não fiquem sujeitas a regras fiscais, desde que o valor total gasto com o programa não ultrapasse R\$ 44 bilhões. Ao mesmo tempo, cria regras para controle de contas públicas. O projeto foi aprovado por 62 votos a favor, dos 49 necessários. Outros 16 senadores votaram contra.

O segundo turno de votação está previsto para a manhã de hoje. Depois, a proposta será encaminhada à Câmara. Se não for modificada pelos deputados, a PEC é promulgada pelo Congresso e, só então, entra em vigor.

De acordo com o texto, apelidado de PEC Emergencial, os gastos do governo com o auxílio não serão limitados por travas como o teto de gastos -que limita o crescimento das despesas à **inflação** - e a meta fiscal. Como contrapartida, autoriza que União, estados e municípios acionem medidas de ajuste em caso de necessidade. Não há, no entanto, exigência de corte imediato de gastos para liberar o benefício.

Antes do início da votação, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, teve que atuar nos bastidores para barrar a tentativa de tirar o Bolsa Família do teto de gastos, ideia que começou a ganhar força na terça-feira. Guedes e assessores passaram o dia em ligações com deputados e senadores.

Apesar da preocupação de Guedes, o sinal verde para que líderes avançassem nas negociações foi dado a senadores pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo fontes. Nas conversas, a equipe econômica alertou que, apesar de bem intencionada, a medida poderia ter um impacto ruim. O argumento é que flexibilizar o teto de gastos aumentará incertezas, tendo como consequência a alta de juros, do dólar e do desemprego.

## RESTRICÇÕES DESIDRATADAS

A estratégia permitiria, na prática, que o espaço de R\$ 34,9 bilhões no Orçamento separado para o programa

puddesse ser gasto com outras iniciativas. A ideia começou a ser debatida sob a justificativa de reforçar o benefício no segundo semestre, quando o auxílio emergencial acabar. Mas esse objetivo deve ser alcançado por meio de remanejamento de cerca de R\$ 10 bilhões que devem ser economizados com a migração de beneficiários do Bolsa Família para o auxílio.

A proposta perdeu força à tarde, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se pronunciou publicamente e descartou a proposta. "Quero deixar claro que são infundadas todas as especulações sobre furar o teto", escreveu Lira em uma rede social.

Apesar de manter o Bolsa Família no teto, a proposta apresentada ontem desidrata parte das medidas de controle de gastos. Antes, ao acionar o Estado de Calamidade Pública, o governo não poderia conceder aumento de salários por dois anos. Agora, a proibição de reajuste só valerá durante o período de Estado de Calamidade.

O governo vai considerar a composição familiar na hora de conceder o novo auxílio emergencial. Segundo fontes envolvidas nas discussões, o valor do auxílio será de R\$ 250, mas mulheres com filhos terão direito a uma cota maior, de R\$ 375. Famílias compostas apenas por uma pessoa receberão R\$ 150. A expectativa é que os repasses comecem no dia 18 para quem já recebe o Bolsa Família.

Já está definido no governo que o novo auxílio será pago em quatro parcelas a apenas um membro da família e não poderá ser acumulado com outros repasses. A estratégia é focalizar melhor o auxílio e atingir maior número de pessoas, um universo de 46 milhões de famílias.

## CRITÉRIOS DE RENDA

Nessa nova etapa, deverão ser mantidos os mesmos critérios de renda para acessar o auxílio, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e de renda total familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.300). Os dois requisitos serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família de apenas três pessoas com renda de até três pisos não será beneficiada.

Além disso, não terão direito ao auxílio pessoas que recebem algum tipo de benefício do governo, como aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada (BPC) e seguro-desemprego, assim como trabalhadores com carteira assinada, **servidores públicos** e militares.

Os detalhes constarão de uma medida provisória (MP) a ser editada nos próximos dias. Caberá ao Ministério da Cidadania definir o cronograma a ser cumprido pela Caixa Econômica Federal.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Ação de lira freia articulação no Senado para tirar Bolsa Família do teto de gastos

**Vandson Lima, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Isadora Peron**

Com mais mudanças no texto final, o Senado encaminhou ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê gatilhos para a contenção de gastos públicos e regras para a retomada do pagamento do auxílio emergencial. O governo poderá gastar até R\$ 44 bilhões com o benefício, sem que isso seja contabilizado nas despesas correntes. Em um aceno aos governadores, também foi ampliado até o fim de 2029 o prazo para que Estados e municípios paguem dívidas relativas a precatórios (dívidas judiciais).

Além das concessões, o governo precisou da ajuda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para frear uma articulação de senadores governistas, que pretendiam incluir um dispositivo para que o Bolsa Família ficasse de fora do teto de gastos, abrindo um espaço de R\$ 34,9 bilhões no Orçamento. A ideia era que o montante atendesse a emendas parlamentares para custear obras de infraestrutura. A equipe econômica alarmou-se e o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve de apelar ao presidente Jair Bolsonaro e parlamentares para evitar a manobra.

"Esta fala é para deixar bem claro que todas as especulações que rondaram o dia de hoje são infundadas. Tanto o Senado quanto a Câmara votarão as PECs sem nenhum risco ao teto de gastos, sem nenhuma excepcionalidade ao teto de gastos", afirmou Lira, logo após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, e o chefe da assessoria de Relações Institucionais, Esteves Colnago. Os líderes do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), e o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), também participaram do encontro.

Em discurso no plenário, o relator da PEC, Márcio Bittar (MDB-AC), também afirmou que não teria problema em defender a retirada do Bolsa Família do teto de gastos, mas não houve acordo. "Se o Bolsa Família tivesse que ficar fora do teto, eu não teria dificuldade de relatar e defender. No entanto, o voto não é apenas meu. Eu represento o voto daquilo que é a construção do consenso. E acharam maneiras de atender o parlamento e o Executivo, tendo por

princípio o equilíbrio entre aprovarmos uma PEC que atende aqueles que precisam, mas, ao mesmo tempo, olha para o mercado e dá uma resposta, dizendo que a gente faz uma PEC que não extrapola os limites que a economia neste momento acha que são fundamentais".

Bittar flexibilizou o prazo de vigência dos gatilhos fiscais. A proposta original estabelecia que, quando decretado o estado de calamidade pública, medidas como reajuste de salários dos **servidores públicos** e criação de cargos, entre outras, ficariam vedadas por até dois anos após a data do decreto. A última versão do texto diz, no entanto, que essas regras terão vigência apenas durante a calamidade.

"Considero pertinentes as sugestões de que a persistência das vedações fiscais do art. 167-G seja mantida apenas durante a situação de calamidade pública de âmbito nacional, e não estendida além do seu término", escreveu na complementação o relator.

Como justificativa, ele afirmou que é preciso confiar que Estados e municípios terão ponderação. "Existem repercussões fiscais das calamidades que estendem-se além do seu termo final, mas é preciso confiar que os entes - a começar da União - terão a ponderação adequada para preservar a alocação adequada de recursos para lidar com os efeitos colaterais da reconstrução dos efeitos da calamidade".

Apesar disso, os Estados e municípios que não cumprirem todas as medidas previstas pelos gatilhos fiscais ficarão impedidos de terem acesso a empréstimos ou aval da União e fundos para a contratação desses recursos. "Essa [vedação], cremos, será um importante incentivo para que os entes enfrentem o difícil, porém imprescindível, desafio de reequilíbrio de suas contas", complementou Bittar.

No caso dos Estados e municípios, os gatilhos poderão ser acionados quando as despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas correntes. O acionamento será opcional e deverá ser submetido posteriormente ao crivo do Legislativo, de forma parecida a uma medida provisória - terá validade até ser votada, num prazo de até 180 dias (seis meses).

No caso do governo federal, os gatilhos estão atrelados ao teto de gastos e serão modificados pela

PEC para serem ativados sempre que se perceber, na votação da lei orçamentária, que essa regra será descumprida - quando mais de 95% das despesas primárias foram obrigatórias, sem margem para corte. Hoje o acionamento ocorreria só após o descumprimento. Diferentemente do que ocorrerá com os Estados e municípios, o gatilho do governo federal não será facultativo e valerá individualmente para cada um dos Poderes.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou que passou a "madrugada" negociando mudanças na PEC emergencial. Ele, no entanto, disse que o Poder Judiciário não quer privilégios e é solidário com a manutenção do equilíbrio fiscal do país. "Nenhum privilégio, nenhuma prerrogativa, porque acho que temos que estar juntos e solidários com o Brasil neste momento tão difícil", disse. "Nós também lutamos pelo equilíbrio fiscal, por todas as medidas adotadas pela manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e posterior desenvolvimento econômico".

Segundo o Valor apurou, Fux tem conversado com parlamentares desde o início da semana sobre a PEC emergencial. O ponto que mais preocupa o presidente do STF é o que prevê cortes lineares nos orçamentos dos Poderes em caso de queda da arrecadação.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# 'Dado positivo' é que PIB foi dos que menos caíram, diz Bolsonaro

**Daniel Carvalho e Ricardo Delia Coletta**

Diante da contração recorde de 4,1% da economia brasileira em 2020 devido ao impacto da pandemia de Co-vid-19, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) comemorou nesta quarta-feira (3) uma queda menor que a esperada e, como "dado positivo", disse que somos um dos países com a menor queda no **PIB** (Produto Interno Bruto).

Ao deixar uma reunião com embaixadores de países produtores de petróleo do Golfo Pérsico, o presidente foi instado a comentar os dados do **PIB** divulgados horas antes pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Trata-se do maior recuo da série histórica com metodologia atual, que começa em 1996, superando a retração de 3.5% registrada em 2015.

"Desculpa, eu não tomei conhecimento da avaliação do **PIB**. O que eu posso falar para você [é] que se esperava que a gente ia cair 10%, mas parece que caímos 4%. É um dos países que menos caiu no mundo todo, então, tem esse dado positivo", disse Bolsonaro.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam queda de 4,2% no acumulado do ano e crescimento de 2,8% no trimestre, na comparação com os três meses anteriores (queda de 1,6% na comparação com o mesmo trimestre de 2019).

O resultado do ano veio melhor do que o projetado pelo Ministério da Economia, que esperava uma queda de 4,5% para 2020. Já o Banco Central estimava uma queda de 4,4% para o ano.

Os economistas consultados pelo BC no boletim Focus chegaram a apontar contração de quase 7% durante o ano passado, mas as expectativas se tornaram menos negativas após o Congresso Nacional aprovar o auxílio emergencial e outras medidas de estímulo, que alcançaram patamares equivalentes aos gastos de países desenvolvidos.

"O que fez a economia movimentar? Em parte, o auxílio emergencial. Este dinheiro, quando vai para o município, ele roda na economia local, que interfere na arrecadação de **impostos** municipais, estaduais e

federais também", disse Bolsonaro.

Ele também afirmou que o governo agiu para evitar demissões com o desaquecimento da economia proporcionado pela pandemia.

"O governo federal fez tudo possível para evitar que tivéssemos um caos no Brasil. Instalando-se um caos, a gente não sabe o que pode acontecer. Eu temia, lá atrás, questões de problemas sociais gravíssimos. Graças a Deus, com estas medidas, não tivemos", afirmou o presidente.

Questionado sobre a possibilidade de pagamento retroativo do auxílio emergencial, Bolsonaro disse não haver dinheiro em caixa.

"A economia tem que pegar. Alguns falam que eu não estou preocupado com mortes. Estou preocupado com mortes, mas emprego também é vida", afirmou.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



# País deixa grupo das dez maiores economias

**Mariana Durão, LORENNA RODRIGUES, MATHEUS DE SOUZA E BRUNO DE CASTRO**

Com a queda de 4,1% do **PIB** em 2020, o Brasil confirmou a saída do grupo das dez maiores economias do mundo, mostra levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating, com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além da recessão global causada pela covid-19, a desvalorização do real frente ao dólar e o desempenho relativamente melhor de países como a Coreia do Sul levaram a economia brasileira, no ano passado, para o 12.º lugar entre as maiores do mundo, com participação de 1,6% no **PIB** global.

Em 2011, após dois anos de forte crescimento e no auge da valorização do real frente ao dólar, o País chegou à posição de 7.ª maior economia do mundo, posto que ocupou até 2014.

Quando veio a recessão de 2014 a 2016, o Brasil perdeu duas posições, passando para o 8.º lugar em 2017 e para o 9.º, em 2018 e 2019.

Com a crise da covid-19 e seus impactos na economia mundial, o **PIB** do Brasil em dólares passou de US\$ 1,8 trilhão para US\$ 1,4 trilhão até o fim do ano passado. Assim, a economia brasileira foi ultrapassada por Rússia, Coreia do Sul e Canadá( ver quadro).

Para 2021, nas contas da Austin Rating, a estimativa é que o País desça ao 14.º lugar entre as maiores economias do mundo, considerando uma projeção de crescimento para o Brasil de 3,3% este ano. Austrália e Espanha deverão ganhar posições.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, faltam elementos estruturais para sustentar crescimento maior no Brasil. "Em 2021, o País vai crescer por efeito estatístico, mas e depois? Provavelmente, vamos voltar para a gangorra econômica, porque falta um ambiente político coeso. Em termos estruturais, isto é, fiscal, reformas, atração de investimento, vamos avançar pouco. Tudo isso compromete o crescimento de longo prazo", disse.

Tombo menor. Os dados da Austin Rating confirmam levantamento feito no ano passado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), após o FMI atualizar seus dados, em outubro.

Mesmo fora do grupo das dez maiores do mundo, o

desempenho da economia brasileira nem ficou entre os piores, quando comparado com outros países. No ranking de crescimento econômico de 50 países elaborado pela Austin Rating, o Brasil ficou em 21.º lugar no ano passado. O tombo da economia brasileira foi menor que o da média do grupo de 50 países (-4,8%). No agregado do **PIB** mundial, a queda ficou em 3,5%.

O desempenho foi melhor do que o dos vizinhos da América do Sul incluídos no levantamento.

O **PIB** da Colômbia tombou 6,8% (38.º lugar no ranking de crescimento), enquanto o Peru ficou com o pior desempenho da lista, com uma perda de 11,1%. A Argentina não foi incluída - em janeiro, o FMI projetava tombo de 10,4% para a economia argentina.

Conforme o levantamento da Austin Rating, apenas três países terminaram o ano marcado pela pandemia da covid-19 no azul: Taiwan (+3,1%), China (+2,0%) e Turquia (+1,6%). No quarto trimestre, essas economias demonstraram desaceleração. A China cresceu 2,6% ante o terceiro trimestre, passando ao 15.º lugar na base trimestral, mas o gigante asiático tem a particularidade de ser o único país do mundo onde a crise começou antes - epicentro da pandemia, a China registrou o tombo do **PIB** no primeiro trimestre, enquanto o segundo já foi de recuperação, enquanto nos demais países o fundo do poço foi o segundo trimestre.

Entre os países desenvolvidos, os Estados Unidos aparecem na 16.ª posição do ranking da Austin Rating, com uma queda de 3,5% no **PIB** anual. O avanço da vacinação e a possibilidade de o governo do presidente Joe Biden aprovar um pacote de estímulos de US\$ 1,9 trilhão vêm elevando as projeções para o crescimento americano em 2021.

Bolsonaro vê lado positivo em tombo de 4,1%

O presidente Jair Bolsonaro disse que o "lado positivo" da queda de 4,1% do **PIB** em 2020 - o terceiro pior resultado da história - é que o tombo na economia brasileira é um dos menores do mundo.

"Desculpa, eu não tomei conhecimento da avaliação do **PIB**. O que eu posso falar para você que se esperava que a gente ia cair 10%, mas parece que caímos 4%. É um dos países que menos caiu no mundo todo, então, tem esse dado positivo", disse Bolsonaro ao deixar uma reunião com embaixadores

de países produtores de petróleo do Golfo Pérsico.

Para Bolsonaro a queda do **PIB** só não foi maior devido à movimentação da economia gerada pelo auxílio emergencial.

"Esse dinheiro, quando vai para os municípios, roda a economia local, que interfere na arrecadação de **impostos** municipais, estaduais e federais também".

O presidente também citou a terceira etapa do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). "Encampamos essa ideia e evitamos mais de 10 milhões de pessoas que perderiam seu emprego", afirmou.

Escalado para comentar o **PIB**, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, foi na mesma linha que o presidente e disse que o resultado coloca o Brasil em uma posição "bastante satisfatória" na comparação com outros países.

"A queda estava próxima das nossas estimativas e um dos pontos mais importantes é que, em termos relativos, nós tivemos uma performance muito boa. É uma comemoração comedida, uma comemoração conservadora, no sentido de que a retração do **PIB** foi muito abaixo do que foi estimada", afirmou, em entrevista coletiva virtual.

Ele citou as projeções que foram divulgadas no meio do ano passado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de queda de 9,1%, e do Banco Mundial, de recuo superior a 8%.

Rodrigues também atribuiu a queda menor do que a prevista no início da pandemia às medidas adotadas pelo governo para fazer frente à pandemia do coronavírus.

"Tivemos dotação de R\$ 632 bilhões para combate à covid em 2020, dos quais foram pagos R\$ 539 bilhões", afirmou.

Ele ressaltou o resultado do investimento, que ficou acima de 16% pela primeira vez nos últimos anos, e disse que o dado reforça estimativa do governo de que a economia brasileira está em recuperação.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Câmara ignora governo e aprova ajuda a empresas

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

À revelia do governo, a Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei com medidas de auxílio ao setor cultural e de eventos, como renegociação de dívidas com a União, retomada do programa de preservação de empregos e redução da alíquota de **impostos** federais (como CSLL, PIS e Pasep) por cinco anos. O texto seguirá para o Senado.

Segundo o Valor apurou, houve divergências entre as várias áreas do governo como os ministérios do Turismo e da Economia, mas a opção do Planalto no plenário foi se manifestar contra a proposta, dizendo que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Parlamentares afirmaram, nos bastidores, que a estratégia do Executivo é travar a discussão no Senado. A maioria dos partidos apoiou o projeto - apenas o Novo se manifestou contra.

Autor do projeto, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) disse que o governo "ficou patinando" e, apesar do prazo dado para apresentação de uma contraproposta, não se manifestou. Por isso, os líderes partidários decidiram votara matéria como prioridade, diante do agravamento da pandemia da covid-19 e de novas medidas de fechamento.

A proposta não prevê fonte exata de recursos além de uma parte (3%) da receita das loterias federais hoje destinada ao prêmio pago aos vencedores. Além disso, o texto diz que serão usados recursos a serem definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, que deve ser votada até o fim do mês pelo Congresso, e "outras fontes".

As empresas e entidades beneficiadas serão de realização e/ou comercialização de congressos, eventos esportivos ou culturais, feiras de negócios, shows, festas, espetáculos, casas de eventos, parques temáticos, prestação de serviços turísticos, hotelaria e administração de salas de cinema.

O projeto prevê a abertura de uma rodada especial de transação tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para esses segmentos, com desconto de até 70% sobre o valor total dívida e quitação em até 145 meses. Não poderá ocorrer cobrança de entrada mínima para adesão nem exigência de garantia.

A transação tributária tem semelhança com os "Refis", mas difere porque nessa modalidade o valor exato do desconto e prazo de pagamento depende de uma análise da capacidade de pagamento da empresa, enquanto nos antigos programas de parcelamentos tributários o desconto e prazo eram iguais para todos, fossem grandes ou pequenos.

A ideia inicial do Congresso era um Refis nos velhos moldes, mas a equipe econômica foi taxativamente contra e sugeriu esse outro mecanismo para a relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP). O parecer, porém, estabelece que será "dever do poder público ofertar" as empresas a modalidade de renegociação mais vantajosa prevista no regulamento.

A proposta também determina que as atividades desse segmento ficarão por cinco anos com as alíquotas de PIS, Pasep, Cofins e CSLL reduzidas a zero. O texto tentava zerar também os pagamentos ao Simples Nacional, compartilhado com governadores e prefeitos, e do ISS, que é municipal, mas esses artigos saíram por questionamentos sobre a inconstitucionalidade.

O projeto ainda retoma, até 31 de dezembro deste ano, o programa que permitiu a redução de salários com o corte proporcional de jornada dos funcionários das empresas e as linhas de crédito subsidiado criadas no ano passado. Esses benefícios só valerão para as empresas das atividades listadas no projeto. O texto ainda prorroga a vigência da lei que autorizou a remarcação de bilhetes comprados para shows e espetáculos sem a necessidade de reembolsos por cancelamentos.

A proposta chegou a ser aprovada na noite de terça-feira, mas a votação acabou cancelada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), após um bate-boca com o líder do DEM, Efraim Filho (PB), sobre a rejeição, sem que o relatório tivesse sido publicado no sistema, de uma emenda do partido para incluir os parques temáticos dentro do projeto.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Casagrande é consenso na cúpula - PLENÁRIO

O PSB nacional confirmou à coluna, ontem - conforme antecipado por Plenário Online - que o governador Renato Casa-grande é pré-candidato à Presidência da República pelo partido. E a opção pelo nome de Casagrande teria vindo após uma reunião, em Brasília, que contou com a cúpula do partido.

Teriam participado da reunião o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, os ex-governadores Márcio França (SP) e Rodrigo Rollemberg (DF), o ex-deputado federal Beto Albuquerque e o prefeito do Recife, João Campos, além de Casagrande. E ali, eles teriam chegado a um consenso.

A princípio, França seria o nome do PSB, mas o fato de não ter sido reeleito em São Paulo pesou. Chegaram à conclusão que hoje Casagrande seria o maior expoente do PSB na posição de contraponto ao governo Bolsonaro. A experiência como governador e como tem gerenciado o Estado e a pandemia também lhe deram crédito. O PSB estadual, porém, não participou da reunião e conta com Casagrande para a reeleição.

\* \* \*

"O partido quer"

Questionado sobre a escolha do PSB pelo seu nome, o governador Renato Casagrande disse, ontem, à coluna que "o partido quer" que ele seja candidato e fez o convite, mas que não irá debater o assunto agora, muito por conta da pandemia. A definição deve vir somente em novembro, quando o PSB irá fazer o seu congresso nacional.

E a frente ampla?

O posicionamento do PSB vem após PT e PDT também colocarem o bloco na rua, sinalizando para seus candidatos presidenciais. A não ser que alguém recue, as movimentações até agora apontam que está difícil chegar a um consenso sobre uma frente ampla, de lideranças da esquerda, no 1o turno presidencial. Deve ficar para o 2o turno.

Do tatame para as urnas

O judoca olímpico Nacif Elias, que vai representar o Brasil nas Olimpíadas de Tóquio, se filiou ao PTB de

Vila Velha nesta semana. O atleta é a aposta do partido para disputar uma cadeira de deputado federal no ano que vem, segundo o presidente do PTB de Vila Velha, Matheus Magalhães.

\* \* \*

Ales à espera

A manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao STF contra a possibilidade de reeleições infinitas nas assembleias legislativas, também cita o Espírito Santo e pede que a emenda constitucional, aprovada em 2019, que permitiu a reeleição do presidente da Assembleia, seja declarado inconstitucional e que o entendimento seja o mesmo da Constituição Federal. Aras, porém, não pede anulação da eleição da Mesa e uma nova formação.

Majoria desaprova gestão de Bolsonaro

Levantamento feito pelo Instituto Paraná Pesquisas mostrou que 49% desaprovam a gestão do presidente Bolsonaro. Outros 46,3% aprovam e 4,6% não sabem ou não opinaram. Sobre a avaliação, 13,8% acham que a gestão é ótima; 20,2% consideram boa e 23,7%, regular. Já 12,4% consideram a gestão ruim e 28,2%, péssima. Os que não sabem ou não opinaram somam 1,7%. Foram 2.080 entrevistas, por telefone, entre os dias 28 de fevereiro e 1o de março.

GALERIA

RELATOR

O deputado Evair de Melo foi o re-lator da Medida Provisória 1004/2020, aprovada na Câmara Federal, que destina R\$ 2,5 bilhões para a compra de vacinas contra Covid.

FOGO NO PARQUINHO

Gerou burburinhos entre lideranças de vários partidos do Estado a confirmação do PSB nacional de que Casagrande é pré-candidato a Presidente. No Estado, o PSB tem atuado

na formação de um bloco de partidos visando a reeleição do governador.

## RESPIRO

O deputado federal Ted Conti é coautor de projeto aprovado ontem que isenta, dá crédito e parcela dívidas de **impostos** do setor de eventos.

TIME EM CAMPO "Quem está na arquibancada, não joga o jogo", diz um velho ditado do futebol e também da política.

# Capitão Wagner propõe criar Loteria da Saúde para financiar combate à covid

O deputado Capitão Wagner (Pros-CE) protocolou na Câmara Federal o projeto de lei 1.561/2020, que cria a Loteria da Saúde, uma nova modalidade de loteria de prognósticos numéricos, com a destinação dos recursos de sua arrecadação para o Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o texto apresentado, esses repasses deverão ser destinados, excepcionalmente, para as ações de prevenção, contenção, combate e mitigação dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, pelo tempo que durarem os efeitos do estado de calamidade pública.

Conforme o parlamentar, a manutenção da prestação dos serviços de saúde por parte do SUS exige um aporte substancial de recursos, o que faz com que esteja sempre presente a preocupação das autoridades e do Legislativo sobre a busca de novas fontes de receitas, sem que haja a necessidade de criar novos **tributos**.

"O SUS sofre de forma implacável os efeitos do coronavírus, diante do aumento dos casos de pessoas infectadas; da necessidade crescente de internações dos pacientes em estado crítico nas unidades de tratamento intensivo; insuficiência de equipamentos de proteção, como máscaras, luvas e álcool em gel, entre outros, o que torna urgente a busca por soluções e alternativas que tragam novos recursos destinados ao enfrentamento dessa gravíssima crise sanitária", pontuou.

A proposta do Capitão Wagner, explica ele, não altera ou interfere nas destinações dos recursos das loterias hoje já existentes, que financiam as atividades e programas como, o Financiamento Estudantil (Fies), o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), Fundo Nacional de Cultura (FNC), Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), entre outros.

**Site:** [https://issuu.com/oestadoce/docs/04-03\\_cd483c8d137dc7](https://issuu.com/oestadoce/docs/04-03_cd483c8d137dc7)

# Mortes, recessão e desemprego - NAS ENTRELINHAS

**POR LUIZ CARLOS AZEDO**

As notícias não são boas, porque a recessão, o desemprego e as mortes por covid-19 avançam. Mesmo assim, o presidente Jair Bolsonaro vive num mundo só dele, que talvez não seja compartilhado nem pela maioria de seus seguidores, cujo negacionismo em meio à crise sanitária não chega a ponto de se recusar a tomar uma vacina. Em vez de liderar o combate à pandemia, Bolsonaro ataca governadores e prefeitos que tentam conter sua expansão. "Criaram pânico, né? O problema está aí, lamentamos. Mas você não pode entrar em pânico. Que nem a política, de novo, do "fique em casa". O pessoal vai morrer de fome, de depressão?" - disse Bolsonaro, ontem, a apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília.

Como sempre acontece quando se vê diante de dificuldades, o presidente terceiriza responsabilidades e se faz de vítima: "Para a mídia, o vírus sou eu". Ontem, o Brasil registrou 1.910 mortes por covid-19 nas últimas 24 horas, um novo recorde desde o início da pandemia, e mais 71.704 novos casos, segundo informou o Ministério da Saúde. O número de óbitos pela doença chegou a 259,2 mil, e o total de casos aumentou para 10,718 milhões. O cenário é de colapso iminente do Sistema Único de Saúde (SUS) na maioria dos estados. Em Santa Catarina, por exemplo, dezenas de pessoas morreram por falta de UTI; casos graves estão sendo transferidos para o Espírito Santo.

A transmissão da doença está sendo homogênea e mais rápida do que a vacinação; o estoque de contaminados aumenta exponencialmente, sem leitos suficientes nas UTIs para internação, inclusive na rede privada. Entretanto, a narrativa de Bolsonaro é obsessivamente eleitoral, responsabiliza governadores e prefeitos pela recessão e o desemprego, por causa das medidas de distanciamento social. Explora o senso comum das pessoas que querem manter seus empregos ou atividades produtivas como se não houvesse amanhã.

A causa da recessão e do desemprego em todo o mundo é a pandemia da covid-19, que somente pode ser combatida de forma eficaz e definitiva com a vacinação em massa da população. O negativismo de Bolsonaro em relação ao distanciamento social, à

eficácia das vacinas e ao uso adequado de máscaras aumenta as dificuldades para combater o vírus, a recessão e o desemprego, porque tira do eixo de coordenação da política de saúde pública o Ministério da Saúde e estimula a população a reproduzir atitudes temerárias em relação ao vírus, como aglomerações, abraços e apertos de mão, sem o uso correto de máscaras.

## Auxílio emergencial

Com 4,1% de recessão em 2020, o Brasil saiu do ranking das 10 maiores economias do mundo e caiu para a 12ª colocação, segundo levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating. Em 2019, o Brasil ficou na nona posição. Fomos superados por Canadá, Coreia e Rússia. São raros os momentos da história em que o Brasil andou para trás. Mesmo durante a hiperinflação, no governo Sarney, todos os indicadores sociais melhoraram. Recentemente, isso somente ocorreu durante a recessão do governo Dilma Rousseff (PT), que foi afastada pelo impeachment. Bolsonaro subestima o que está acontecendo. É uma fuga da realidade.

Com base nas projeções do FMI para 2021, a Austin estima que o Brasil pode cair para a 14ª posição no ranking das maiores economias do mundo, sendo superado também por Austrália e Espanha, considerando um cenário otimista de alta de 3,3% do PIB brasileiro deste ano e uma taxa de câmbio média de R\$ 5,24 por dólar. A contrapartida para evitar um desastre maior na economia é a aprovação do auxílio emergencial, sobre cuja necessidade há um amplo consenso, mas existem muitas divergências quanto às condições em que isso pode ser feito. Ontem, em nota técnica, o Ministério da Economia alertou o Congresso Nacional de que a prorrogação do auxílio emergencial sem respeitar os limites fiscais "tem o potencial de deteriorar a trajetória inflacionária, reduzir a atividade econômica e aumentar o desemprego". Entretanto, isso estimulado por Bolsonaro, cujas decisões intempestivas e intervencionistas na economia estão "fritando" o ministro Paulo Guedes, o que também agrava a crise.

# Na pior década da história, renda dos brasileiros encolhe 5,5%

**Gustavo Patu**

Em média, cada brasileiro teve renda de R\$ 35.172 em todo o ano passado. Em um cálculo simples, o valor significa uma perda próxima de R\$ 1.770 em relação a 2019, já considerada a **inflação**, e de R\$ 2.040 ante 2010.

Dito de outra maneira, o país empobreceu 5,5% na década encerrada em 2020, no pior desempenho já registrado pelas estatísticas e estimativas disponíveis, que alcançam até o início do século passado.

Mesmo no período 1981-1990, conhecido na história como a década perdida, a queda acumulada do Produto Interno Bruto por habitante foi menos intensa, próxima dos 4% -com a ressalva de que a metodologia de apuração do **PIB** mudou de lá para cá.

Como se pode intuir, a chamada renda per capita de um país encolhe quando o crescimento do **PIB** é menor que a expansão populacional num mesmo intervalo de tempo.

No decênio há pouco encerrado, o produto -vale dizer, toda a renda gerada na indústria, nos serviços e na agropecuária- teve alta real de pouco menos de 2,7%, a menor já medida em tal período.

Enquanto isso, o aumento do número de brasileiros, mesmo em processo de desaceleração, beirou os 8,7% nas projeções do IBGE.

Dessa maneira, os 211,8 milhões de habitantes do país no ano passado dispunham de menos renda, em média, que os 194,9 milhões de 2010.

São raros, na história econômica mundial, episódios de empobrecimento ao longo de uma década inteira. Em geral, eles estão associados a guerras, rupturas políticas ou crises econômicas globais.

Desta vez, a pandemia de Covid-19 desempenhou papel decisivo ao derrubar a atividade na maior parte do mundo -e o Brasil não seria exceção.

Sem o coronavírus, é provável que o **PIB** per capita brasileiro tivesse encerrado o decênio próximo da estagnação, o que já seria considerado um péssimo resultado para um país de renda média.

No período, a economia nacional viveu de 2014 a 2016 sua segunda recessão mais profunda desde o início do século 20, apenas um pouco menos devastadora que a de 1981-83.

Ali chegava ao fim a política econômica do governo Dilma Rousseff (PT), que já colecionava números declinantes desde 2011 devido à combinação de ambiente internacional menos favorável e erosão da confiança doméstica nas ações e finanças do governo.

Os anos seguintes foram de contenção de gastos públicos, ajustes nas empresas estatais e permanência da instabilidade política, levando à quase estagnação do **PIB** por habitante -até a derrocada de 2020.

Embora o impacto econômico da pandemia no Brasil não figure entre os maiores do mundo, o mau desempenho do país no restante da década distanciou sua renda per capita dos padrões observados nas nações desenvolvidas.

Conforme dados do FMI, a proporção entre o **PIB** por habitante brasileiro e o dos países ricos caiu de 32,6%, em 2010, para 28,2% em 2019, considerado o poder de compra das moedas.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



# 'Não é só uma crise fiscal, há crise política e institucional'

**CÁSSIA ALMEIDA**

Ex-presidente do Banco Central e sócio fundador da Gávea Investimentos, o economista Armínio Fraga diz que o Brasil passa por uma crise que vai além da área fiscal. Segundo ele, o Brasil é percebido hoje como um país de visão atrasada, que passa ao largo de grandes debates, como meio ambiente e qualidade da democracia. Armínio diz que nenhum país cortaria o auxílio à população de forma abrupta. Ressaltou que mesmo em uma situação econômica e sanitária não tão negativa, a saída teria sido "suavizada".

Tivemos a maior recessão desde o Plano Collor. o que nos espera?

O Brasil, na verdade, sofreu dois tombos. Tivemos o de 2014, 2015 e 2016, e agora esse. Olhando o gráfico com os dados trimestrais do **PIB**, é qualquer coisa de extraordinário: desde 2012, o **PIB** caiu mais que subiu. A queda do **PIB** per capita chegou a bater quase 10%. É um sinal muito ruim.

E aí pandemia?

É um momento que requer muita reflexão. A economia só vai ter chance de se recuperar quando a pandemia estiver dominada. Há um consenso de que a reação do governo deixou muito a desejar, custando caro em número de vidas e em termos de **PIB**. Há a visão clara e pacífica de que, enquanto a pandemia não estiver superada, vai funcionar como um freio.

Há outras fontes de incerteza?

Outra fonte de incerteza é a política geral. Já falei isso no passado e continuo achando que os efeitos qualitativos, como a questão ambiental, a resposta à crise sanitária e temas em geral ligados à qualidade da nossa democracia, como esses vários decretos sobre armas, criam um pano de fundo tenso. Do lado da economia, o investimento vem muito parado, a taxa de investimento é muita baixa. A do setor público caiu de 5 % do **PIB** para 1%. Mesmo um liberal como eu consegue imaginar um espaço importante de investimento tipicamente público complementar ao do setor privado.

Há outros pontos de preocupação?

Ao lado, temos um quadro fiscal precário, a respeito do qual pouco se fez. A reforma da Previdência foi aprovada, é importante, mas teremos déficit primário a perder de vista. Com a **inflação** arregaçando as mangas, o lado fiscal pode ficar ainda mais preocupante. Isso é algo para o que não está se encontrando resposta. O vento a favor está muito forte lá fora,

preço das commodities subindo, uma situação, para o Brasil, rara. Mesmo assim, a taxa de câmbio foi para R\$ 5,70. As pessoas deveriam se perguntar o que está acontecendo. É um quadro geral extremamente preocupante, difícil, não há como negar.

O auxílio emergencial deve ser mantido?

Como parecia previsível, o governo não tomou nenhuma medida considerada antipática para viabilizá-lo, mas antipático é jogar o país em outra recessão. A situação sanitária recomenda auxílio. Não há a menor dúvida: nenhum país cortaria esse auxílio, nas circunstâncias atuais, de maneira radical. Mesmo em uma situação nem tão ruim, haveria uma saída minimamente suavizada do auxílio. Sou a favor, mas correr mais risco na economia, caminhar para outra recessão é um risco social incalculável. Algumas pessoas esquecem que a crise do real em 1998 e 1999 foi equilibrada com o tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta fiscal e de **inflação**), que o colapso da economia entre 2014 e 2016 veio na esteira de um colapso fiscal.

Corremos o risco de colapso fiscal?

A irresponsabilidade do governo não foi surpresa. Vejo o Congresso ansioso, mas mais reativo e não proativo. O que quero dizer é que, quando a chapa esquenta, o Congresso se move. Não vejo o Congresso pensar na estrutura tributária, na reforma do Estado para valer. Cerca de 80% do gasto vão para folha de pagamento e Previdência. Na esmagadora maioria dos países, inclusive os de renda média, a parcela corresponde a 60%. É um trabalho de uma década. Não é só uma crise fiscal, é muito mais que isso. No Brasil hoje, há elementos de crise política, institucional, da credibilidade do nosso arcabouço maior. O Brasil está com uma imagem externa ruim e, pior, com uma imagem interna também ruim, por isso o investimento aqui, que é o mais importante, está tão fraco.

Como fica a imagem lá fora?

O Brasil fica mal. Em muitas dimensões, é visto como um país que tem visões atrasadas e incompatíveis com as grandes questões existenciais do planeta, sobre meio ambiente, da qualidade da democracia.

Armínio Fraga, economista

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Organização e recuperação, desorganização e recessão (2)

*Werther Vervloet e Ricardo Denadai*

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil registrou crescimento de 3,2% no quarto trimestre de 2020 em relação ao anterior (feito o ajuste sazonal), totalizando uma queda de 4,1 % no ano fechado. Pelo lado da oferta, houve expansão de 1,9% da indústria, que termina o ano em nível 1,2% acima do registrado no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia. O setor de serviços também apresentou bom crescimento, de 2,7%. Mas ainda 2,3% abaixo do nível observado pré-pandemia.

Apesar da contração do **PIB** em 2020, este resultado pode ser considerado como positivo se compararmos com as previsões feitas no pior momento da crise, quando chegou-se a projetar contrações próximas a dois dígitos. Os programas de combate aos efeitos da pandemia, apesar de magnitudes questionáveis, funcionaram como potentes anabolizantes e foram eficazes em impedir que as projeções mais pessimistas se concretizassem.

Entretanto, apesar do fim de ano auspicioso para atividade em 2020, o início de 2021 não se mostra tão promissor, e a principal razão é a nossa incapacidade de nos organizar.

Além do efeito contracionista da queda da renda disponível das famílias em razão do fim do auxílio emergencial, houve piora significativa nos indicadores relacionados à pandemia, com forte aumento do número de novos casos, óbitos e de utilização hospitalar. Portanto, há uma piora dos indicadores de mobilidade no início deste ano. Soma-se a isso um processo de vacinação ainda muito confuso e lento.

Adicionalmente, vivemos um momento de elevada incerteza política e fiscal, promovendo uma desorganização relevante do ambiente econômico e das variáveis financeiras, com evidentes efeitos contracionistas.

Pela conjunção desses fatores, acreditamos em uma contração de pelo menos 0,5% do **PIB** no primeiro trimestre deste ano ante o último do ano passado, com risco de observarmos uma queda ainda maior. E aumentaram as chances de vermos um segundo trimestre com nova contração do **PIB**. Para 2021, a expectativa é de um crescimento na casa de 3,5%,

que é praticamente carregamento estatístico que o ano passado deixou para este ano, de 3,6%.

Diante deste início de ano com ventos contrários, quais as perspectivas para o crescimento para os próximos trimestres? O país ainda possui, estruturalmente, condições de apresentar bom crescimento em 2021 e 2022. A crise vivida no ano passado não gerou dano permanente no balanço das empresas e das famílias. O nível de estímulo monetário é muito elevado e deve permanecer assim por um bom tempo, mesmo considerando o ciclo de normalização da política monetária que deve se iniciar em março. Além disso, o crescimento global será muito forte, o que, somado à nossa taxa de câmbio depreciada, deve ajudar nosso setor exportador. E o mundo vive um novo boom de commodities, o que também é favorável ao Brasil. Mas para que esses fatores positivos possam se manifestar, porém, é preciso nos organizarmos, com direcionamentos mais claros do presidente e comportamento responsável do Congresso.

Primeiro, é absolutamente fundamental que o regime fiscal seja mantido, com a aprovação de uma PEC que garanta um mínimo de racionalidade econômica no pagamento da nova rodada do auxílio emergencial e que dê os instrumentos mínimos (gatilhos) para garantir o cumprimento do teto dos gastos nos próximos anos.

O segundo ponto é relativo à pandemia. É crucial que a população com mais de 65 anos seja vacinada o mais rapidamente possível. Esse grupo é responsável por em torno de 70% dos óbitos por coronavírus e a experiência mundial nos mostra que, conforme a vacinação avança nessa parcela da população, os indicadores de internações e óbitos mostram melhora acentuada. O Brasil possui infraestrutura para realizar vacinação em massa e, caso o governo consiga garantir estoque suficiente de vacinas, a situação pode se reverter rapidamente.

Com organização, poderemos ver um início de retomada mais robusto ao longo do segundo trimestre, atingindo seu ápice na segunda metade do ano. Por outro lado, caso o país falhe em resolver esses pontos, o início da recuperação será adiado. A desorganização do governo com relação à pandemia e ao processo de reformas, caso continue, só nos levará

a mais recessão.

Werther Vervloet e Ricardo Denadai são sócios-fundadores e economistas da ACE Capital

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# "PEC emergencial precisa de contrapartida fiscal"

**Lucianne Carneiro**

A despeito do custo fiscal, as medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central no ano passado para estimular a economia "valeram a pena" e garantiram ao Brasil uma retração menor de seu Produto Interno Bruto (**PIB**), frente a perdas registradas por outros países. A avaliação é da professora do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ) Margarida Gutierrez, que é forte defensora do compromisso fiscal, mas reconhece a importância das ações, tanto as do ano passado quanto a retomada neste momento, diante do cenário extraordinário trazido pela pandemia.

Ela alerta, no entanto, que é fundamental que a PEC emergencial já seja votada junto com as contrapartidas de retomada do compromisso fiscal a partir de 2022, sob o risco de piora grave do cenário fiscal que comprometa a recuperação da economia.

Passado o momento em que havia alguma controvérsia sobre a retomada do auxílio emergencial - até a equipe econômica, com perfil fiscalista, reconheceu esta necessidade, diz-, é hora de garantir que a PEC emergencial sinalize à sociedade e ao mercado que as regras fiscais voltarão a ser respeitadas, defende Margarida. Ela condena qualquer tentativa de aprovação da PEC emergencial sem esta sinalização.

"Minha postura é a favor da retomada do auxílio emergencial e dos programas para as empresas, mas o Congresso tem que votar algum ajuste fiscal, tem que ter uma contrapartida, uma sinalização de que há uma preocupação fiscal. Não pode fazer uma PEC Emergencial como uma parte do Congresso quer, sem nenhuma contrapartida. Que história é essa? Não pode, aí é me engana que eu gosto. Não pode faltar essa história. Se faltar, vai ser a morte porque os juros vão subir muito e o câmbio também. E essas condições impedem crescimento, o **PIB** vai tomar", defende Margarida.

No cenário atual, reforça ela, é enorme a importância de aprovação da PEC Emergencial, ainda que "desidratada", para servir como "uma âncora fiscal", apontando para a manutenção da preocupação fiscal e permitindo a redução de incertezas com a economia.

"Mesmo muito desidratada ela tem uma importância fundamental, que é sinalizar para a sociedade que existe uma preocupação fiscal. A PEC é uma promessa que baliza as expectativas, uma mensagem que está ruim, mas não vai piorar", diz ela.

O atual patamar da taxa de juros dos títulos de dez anos, em torno dos 8%, já sinaliza riscos e a preocupação com a capacidade de o Tesouro Nacional continuar financiando a dívida pública, atualmente em "uma trajetória explosiva", diz ela. "O juro futuro a 8% já sinaliza riscos. E aí as empresas começam a retrair produção e emprego. Investimento então, nem pensar. Isso bate no lado real da economia", aponta.

Margarida elogia a estratégia adotada no ano passado para conter os impactos da pandemia na economia brasileira, apesar da piora intensa do quadro fiscal, que já era preocupante. Ela classifica que o Brasil foi "ousado", no bom sentido da palavra, já que foi o único país com relação entre a dívida pública e o **PIB** acima dos 80% que adotou um pacote fiscal robusto. "É claro que isso jogou a dívida pública para cima, gerou um déficit público de 13,7% do **PIB** e um déficit primário de 9,5%. Mas foi um conjunto de programas muito robusto e acho que valeu a pena", afirma a professora, citando especialmente o Benefício Emergencial

de Manutenção de Emprego a Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

A despeito do ritmo ainda lento da vacinação no momento, Margarida acredita que o cenário pode melhorar a partir de abril e maio, com mais produção de vacinas pelo Instituto Butantan e pela Fundação Oswaldo Cruz. Esse movimento, aponta ela, é fundamental para a retomada do setor de serviços, que foi o mais prejudicado entre os componentes do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano passado, com queda de 4,5%, abrindo espaço para alguma reação no mercado de trabalho, já que o setor é o principal empregador da economia.

"O ritmo de vacinação vai ser fundamental porque o setor de serviços, com atividades que envolvem aglomeração e locomoção, precisa recuperar. Só assim teremos uma reação do mercado de trabalho, que precisa recuperar para podermos seguir sem os

auxílios. Só que o setor de serviços depende completamente da vacinação para poder reabrir", diz a professora.

O cenário a curto prazo, no entanto, ainda é preocupante: ela acredita que a economia deve registrar novo recuo no primeiro trimestre e não está descartada, ainda, retração no segundo trimestre, o que significará uma retomada apenas no segundo semestre.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Reviravolta em Brasília traz alívio ao mercado

*Lucas Hirata, Marcelo Osakabe, Felipe Saturnino e Olívia Bulla De São Paulo*

Faltando menos de duas horas para o fim de um pregão turbulento e rodeado de incertezas, o mercado brasileiro encontrou motivos para uma virada impressionante. Em um tuíte, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), descartou a possibilidade de deixar o Bolsa Família fora do teto de gastos, amenizando a preocupação com um descontrole das contas públicas. Esse foi o gatilho para tirar o Ibovespa de uma queda de mais de 3% e zerar a alta do dólar - algo que nenhuma intervenção do Banco Central foi capaz de fazer ao longo do dia.

Para se ter uma ideia do tamanho do movimento, o Ibovespa saiu da marca de 107.466 pontos (-3,65%) para 112.398 pontos (+0,77%) em poucos minutos. É possível dizer, portanto, que o "preço do medo" foi de aproximadamente 5 mil pontos na bolsa. Depois da reação inicial, o índice passou por uma certa acomodação e fechou em leve queda 0,32%, aos 111.184 pontos, com giro financeiro de R\$ 37,2 bilhões.

Já o dólar comercial desabou mais de 11 centavos e ficou perto de fechar em terreno negativo. Após tocar R\$ 5,6374 na mínima intradiária, a moeda encerrou praticamente estável, em alta de 0,05%, a R\$ 5,6659. Em um sinal de que ajuste pode continuar hoje, o contrato futuro da divisa americana encerrou o pregão em queda de 1,12%, aos R\$5,6235.

Até então, nem a injeção do equivalente a US\$ 2 bilhões pelo Banco Central através de swaps cambiais havia sido suficiente para trazer maior tranquilidade ao câmbio - na máxima, por volta das 13h, o dólar chegou a R\$ 5,772. E não faltavam motivos para estresse: preocupações com a nova rodada de restrições impostas por governo estaduais para limitar o avanço da pandemia, temores fiscais e também um cenário externo negativo.

Mas o principal ponto de alerta dos agentes, como se pôde ver na reta final do pregão, era com uma nova manobra de senadores para tirar o Bolsa Família do teto de gastos. Segundo apurou o Valor, uma ala de lideranças da Casa passou a articular a medida para abrir espaço para obras no Orçamento. A exclusão do programa abriria um espaço de R\$ 34,9 bilhões.

Após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e com integrantes do Planalto, Lira refutou a ideia. "Quero deixar claro que são infundadas todas as especulações sobre furar o teto. Tanto o Senado quanto a Câmara votarão as PECs sem nenhum risco ao teto de gastos, sem nenhuma excepcionalidade ao teto. Essas especulações não contribuem para o clima de estabilidade e previsibilidade", escreveu em seu perfil no Twitter.

Outro fator positivo foi a decisão, oficializada com a complementação de voto do relator Mareio Bittar(MDB-AC), de limitarem R\$ 44 bilhões o gasto com o novo auxílio emergencial este ano. Até então, a proposta não trazia limite para os gastos com o benefício.

Junto com o prêmio embutido nos ativos locais, o risco fiscal também vem pesando sobre as perspectivas para a política monetária. Mesmo com a fala do presidente do Banco Central, Roberto Campos, indicando calma ao mercado em relação ao rumo da taxa Selic, os juros de curto prazo seguiram em alta durante a sessão regular e até ampliaram nos preços a probabilidade de uma elevação de 0,75 ponto da Selic na reunião de março.

"Estamos olhando todas as variáveis, não só locais, como internacionais", disse o dirigente em palestra na noite de terça-feira. Campos ressaltou, ainda, que o BC possui hoje um amplo conjunto de instrumentos para fazer com que as metas sejam cumpridas.

Ainda assim, a ansiedade dos agentes com a discussão sobre a PEC Emergencial explicou, em grande medida, o movimento de alta nos juros futuros, em uma demonstração de que, para o mercado, um descumprimento mais flagrante das regras de limite de gasto poderia impor uma ação mais forte do BC. A precificação extraída da curva de juros ao fim da sessão regular - pouco antes do tuíte de Arthur Lira - mostrava chance de 87% de alta de 0,75 ponto percentual da Selic na reunião de março. Na terça, essa probabilidade era de 81%.

Segundo Solange Srour, economista-chefe do Credit Suisse, apesar dessas falas, Campos Neto se atentou em indicar preocupação com a convergência da **inflação** em relação à meta perseguida pela

autoridade monetária, o que sinaliza que uma normalização já neste mês não está fora da mesa. A expectativa do Credit Suisse é de que o BC inicie a alta de juros já em março, com dose de 0,50 ponto percentual.

"Não acho que o mercado esteja exagerando na precificação [para o Copom], acho que o mercado só se adianta a um cenário pior", disse Srour, em entrevista no início da tarde, referindo-se a riscos associados à PEC Emergencial, que fariam o câmbio se depreciar ainda mais e as expectativas de **inflação** se desancorarem.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186720](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186720)**



# Lideranças pedem alteração na lei

SÃO PAULO - Lideranças partidárias do Senado Federal discutem a retirada do Bolsa Família das limitações estabelecidas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, tida como aposta do governo federal para viabilizar uma nova rodada de auxílio emergencial.

Uma nova versão do substitutivo deve ser lida pelo relator, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), ainda nesta terça-feira (2), em plenário.

A sugestão, feita pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania- SE), entrou na reta final de debates sobre a proposta na casa legislativa. O parlamentar, diagnosticado com Covid-19, enviou uma carta ao relator sugerindo a exclusão do programa social das vedações previstas nos "gatilhos" criados pelo texto.

Na prática, o movimento permitiria a ampliação do benefício ou a criação de um novo programa de transferência de renda para enfrentar o cenário de pobreza e extrema pobreza no pós-pandemia do novo coronavírus.

"Compreendida a importância de limitar a criação de despesa obrigatória e o reajuste de despesa obrigatória acima da inflação, nos parece pertinente excetuar os benefícios de combate à extrema pobreza e à pobreza - sendo estes hoje os benefícios do Programa Bolsa Família", afirma o parlamentar na carta.

"Receamos que a redação do relatório para esses dispositivos possa impedir que o governo institua novo benefício substituto do Bolsa Família (como o Renda Brasil ou o Renda Cidadã, em cuja proposta Vossa Excelência trabalhou recentemente). Ou, ainda, que o Bolsa Família seja expandido - ainda que modestamente.

Frise-se que, como sabemos, os valores hoje envolvidos no Programa são muito exíguos, e não ameaçam a sustentabilidade fiscal (0,5% do PIB, sem trajetória de alta)", justifica.

A PEC Emergencial estabelece regras para o acionamento de "gatilhos fiscais" quando o nível de despesas obrigatórias de União, estados ou municípios ultrapassarem 95% da despesa primária total - o que, pelas projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) só aconteceria a partir de 2025 - ou durante a vigência de situações de calamidade pública - caso atual.

# Bolsa Família fica dentro do teto

O governo de Jair Bolsonaro e lideranças no Congresso descartaram ontem qualquer tentativa de retirar o Orçamento destinado ao Bolsa Família do teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. A informação foi divulgada após uma reunião entre o presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, os líderes do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), e no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), além de integrantes da equipe econômica.

"Esta fala é para deixar bem claro que todas as especulações que rondaram ou sondaram o dia são infundadas. Tanto o Senado quanto a Câmara votarão as PECs sem nenhum risco ao teto de gastos para que fique claro que essas notícias sempre especulativas não contribuem para o clima de estabilidade, de previsibilidade do nosso país", afirmou Lira.

Também participaram da reunião o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) e o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM).

Bezerra e Braga corroboraram a versão do líder do centrão sobre respeitar o teto de gastos.

**Site:**

**<http://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/157>**

**42**

# A farra do centrão - MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA

## MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA

Na hora em que a morte é mais rápida que as vacinas, o presidente da Câmara e chefe do centrão, deputado Arthur Lira (PP-AL), decidiu trazer a reforma política de volta à agenda do Congresso.

Talvez imaginando que este seja um bom momento para passar a sua boiada, criou duas comissões destinadas a produzir uma pretenciosa revisão da legislação eleitoral e partidária, com mudanças na forma de escolha dos representantes, na propaganda e financiamento de campanhas e no papel da Justiça Eleitoral.

Assim reassume o seu lugar à mesa de debates o fim do sistema de voto proporcional de lista aberta, que distribui as cadeiras no Legislativo entre as legendas segundo a proporção de votos recebidos por elas, uma a uma, respeitada a preferência do eleitor pelos candidatos que compõem as listas partidárias. Em seu lugar, entraria o "distritão", apelido dado ao sistema que os especialistas denominam, com uma ponta de pedantismo, "voto único não transferível". Nele, as cadeiras nas Câmaras e Assembleias iriam para os mais votados, em seus distritos eleitorais, cujos limites, aqui, coincidiriam com os estados da Federação.

Forma raramente adotada de sistema majoritário, hoje, existe apenas na Jordânia, no Afeganistão e em paragens exóticas como Vanuatu e Ilhas Pit-cairn. Seus efeitos mais notórios são limitar a representação das minorias e estimular os partidos a apostar em candidatos com grande potencial de votos: pastores, celebridades de T V e formadores de opinião nas redes sociais.

Além disso, o pacote representa um robusto retrocesso nas regras recém-aprovadas para reduzir o número de partidos representados no Legislativo. Pois propõe a revogação da cláusula de desempenho, pela qual cada legenda deve obter ao menos 2% dos votos em nove estados -ou eleger 11 candidatos-, e a volta das coligações nos pleitos para a Câmara e Assembleias Legislativas. Uma e outra coisa estimulam a multiplicação de legendas, fazendo do Brasil um caso extremo de fragmentação partidária.

Finalmente, muitas propostas intentam enfraquecer a

Justiça Eleitoral, guardiã eficiente e indispensável da integridade do processo, sem a qual a democracia desaba.

Propostas de **reforma política** foram recorrentes no país. Por discutíveis que fossem, sempre miraram a melhoria da competição eleitoral e da capacidade de governar. A iniciativa do presidente da Câmara só pretende favorecer os interesses miúdos dos partidos idem que sustentam um governo de ainda mais baixa estatura. É a farra do centrão, que debilita a ordem democrática enquanto a Covid faz a sua parte.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

55